

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2008/2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

BRASIL,

O DESPERTAR DO «GIGANTE» SUL-AMERICANO

**Daniel João Ribeiro Valente
Major de Artilharia**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**BRASIL,
O DESPERTAR DO «GIGANTE» SUL-AMERICANO**

**Daniel João Ribeiro Valente
Major de Artilharia**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Lisboa – 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

BRASIL, O DESPERTAR DO «GIGANTE» SUL-AMERICANO

**Daniel João Ribeiro Valente
Major de Artilharia**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Orientador: Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio

Lisboa – 2009



Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação Individual, não seria possível sem a prestimosa colaboração e disponibilidade de várias personalidades, às quais não quero deixar de expressar o meu profundo reconhecimento e sentida gratidão.

Assim desejo endereçar os meus agradecimentos muito especiais:

Ao Tenente-Coronel Navegador Eugénio pela orientação e apoio na difícil e solitária tarefa de edificação deste trabalho.

Ao Senhor Embaixador do Brasil Celso Souza e ao Professor Doutor Amado Luiz Cervo, cuja disponibilidade e partilha de conhecimentos muito contribuíram para o resultado final do trabalho.

Ao Adido Aeronáutico do Brasil em Portugal Senhor Coronel da Força Aérea Brasileira Waldeísio Campos, pela sua disponibilidade, atenção e simpatia, que me permitiram reunir informações essenciais ao trabalho.

À Doutora Raquel Patrício, pela sua amizade e pronta disponibilidade na orientação para a recolha de informação e na elucidação de alguns pormenores.

Ao Coronel de Infantaria Guerra Pereira pela sua disponibilidade, permanente apoio e pelos constantes desafios que nos colocou durante todo o curso.

Ao Tenente-Coronel de Artilharia Dias Martins pela disponibilidade e conselho.

Ao Major de Artilharia Renato Assis pela sua amizade, pronta disponibilidade e incondicional apoio em tudo o que precisei.

Aos meus camaradas e amigos do Curso de Estado-Maior Conjunto 2008-2009, pelo precioso apoio e camaradagem que me demonstraram nos momentos mais difíceis.

À minha família, pelo apoio que sempre dispensaram e pela compreensão para com as ausências a que os tenho sujeito, especialmente ao longo deste último ano e meio.

Às funcionárias da Biblioteca do IESM pela sua simpatia e disponibilidade.

Bem-haja a todos.

À minha esposa, pelo seu incondicional amparo e pelos sacrifícios que tem passado, fruto da minha ausência e da disponibilidade que não tive. Nela encontrei a paz de espírito e inspiração para superar todas as dificuldades.



Índice

1. Introdução	1
2. O Brasil no Sistema Político Internacional	5
a. Enquadramento face às principais teorias geopolíticas	5
b. Análise geopolítica e geoestratégica.....	7
c. Síntese conclusiva	17
3. A postura estratégica brasileira.....	19
a. Política económica.....	19
b. Política externa	22
c. Política de defesa.....	24
d. Síntese conclusiva	28
4. A visão brasileira	29
a. Relações de âmbito regional	29
b. Relações de âmbito mundial	34
c. Síntese conclusiva	38
5. Conclusões.....	39
Referências Bibliográficas	41

Índice de figuras

Figura 1 - Posição geográfica do Brasil	7
Figura 2 - Inserção internacional do Brasil.....	23

Índice de tabelas

Tabela 1 - População dos BRIC em 2020	9
Tabela 2 - Evolução dos gastos em Defesa Nacional.....	25

Apêndices

Apêndice 1 – Corpo de conceitos
Apêndice 2 – Quadro síntese
Apêndice 3 – Entrevistas



Resumo

O Brasil surge na actual conjuntura internacional como uma potência emergente, podendo vir a ser neste século uma das grandes potências mundiais. O presente trabalho analisa a realidade geopolítica e geoestratégica do Brasil e identifica as capacidades que lhe permitem alcançar um lugar de destaque no actual quadro internacional.

O método científico empregue nesta investigação recorre ao modelo hipotético-dedutivo para se encontrar resposta ao problema em análise, sintetizado na questão central: **“De que forma o Brasil se pretende afirmar como um actor proeminente do Sistema Político Internacional?”**

Organizado em cinco partes providas de um encadeamento lógico, o estudo inicia-se com a introdução ao tema, a definição do problema e do método empregue para a sua resolução e a sua delimitação. Seguidamente, face às teorias geopolíticas e à análise sucinta do seu potencial estratégico em termos de potencialidades e vulnerabilidades, enquadra-se o Brasil no actual Sistema Político Internacional. Analisando as suas políticas económica, externa e de defesa, conclui-se da possibilidade destes serem empregues na sua afirmação internacional. De forma a identificar-se os actores mais importantes ao Brasil nas esferas regional e mundial, analisaram-se as suas relações externas.

O maior país lusófono e quinto país do mundo em território e população, assenta a sua unidade nacional na língua e na cultura. Maior país da América do Sul e actual décima economia mundial poderá vir a constituir em 2050, com a Rússia, China e Índia (BRIC), o maior grupo económico do mundo. Por outro lado, o Brasil apresenta internamente grandes desigualdades sociais, violência e corrupção política. O Brasil possui todos os atributos de poder para se evidenciar como a actual potência regional sul-americana e como grande potência mundial a médio prazo, caso as tendências de evolução se mantenham.

A economia é o pilar mais estável da política do Brasil, proporcionando autonomia estratégica ao país nos organismos internacionais de comércio, desenvolvimento e segurança, permitindo que ele se possa constituir como potência militar.

A prioridade das relações internacionais do Brasil vai para os vizinhos, a fim de garantir pela integração regional, uma plataforma de poder que o projecte no mundo. Aqui os parceiros principais são os EUA, a UE, o Japão e os restantes BRIC.

Ciente do seu potencial na região e no mundo, o «gigante» sul-americano procura assumir naturalmente e sem conflitualidade, o papel de líder da América do Sul e o de futura grande potência mundial.



Abstract

Brazil emerges in the international juncture as an emerging power, and could become in this century as one of the major world powers. This essay examines Brazil's geopolitical and geostrategic reality and identifies the capabilities that allow it to achieve a prominent place in the current international framework.

The scientific method used in this research applies the hypothetical-deductive model to find an answer to the problem under analysis, synthesized in the central question: **“In which way Brazil wants to assert itself as a prominent actor of the International Political System?”**

Organized in five parts provided with a logical sequence, the essay begins with an introduction to the theme, the definition of the problem and the method used for its solving, and its delimitation. Then, it is followed by the geopolitical theories and the brief analysis of its strategic potential in terms of strengths and vulnerabilities that allows us to picture how Brazil is inserted in the current International Political System. Analyzing its economic, foreign and defense policies, it concludes on the possibility of their employment in its international affirmation. In order to identify the most important actors to Brazil in global and regional levels, its foreign relations were also analyzed.

The biggest Portuguese speaking country and fifth largest country in the world in territory and population, its national unity is based on language and culture. Largest country in South America and the tenth current world economy it may become in 2050, along with Russia, China and India (BRIC), the largest economic group in the world. On the other hand, Brazil has great internal social inequalities, violence and political corruption. It also has all the attributes of power to be able to show as the current South America regional power and major world power in the medium term, if the trends of development remain.

The economy is the most stable pillar of the policy of Brazil, providing strategic autonomy to the country in the international trade, development and security and allowing that it will be as a military power.

The priority of the international relations of Brazil is oriented to its neighbors, in order to ensure by the regional integration, a platform for projecting power in the world. Here, its main partners are the U.S., EU, Japan, and the other BRIC.

Aware of its potential in the region and in the world, the South American «giant» demands to assume naturally and without conflicts, the role as South America leader and as an upcoming great world power.



Palavras-chave

- Brasil
- Potencial estratégico
- Política económica
- Política externa
- Política de defesa
- Inserção internacional



Lista de abreviaturas

ABRAGE	Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APEC	Associação de Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAN	Comunidade Andina das Nações
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CIA	Central Intelligence Agency
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Conselho de Segurança
DN	Defesa Nacional
EB	Exército Brasileiro
EDP	Electricidade de Portugal
ESG	Escola Superior de Guerra
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFAA	Forças Armadas
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo das 20 maiores economias
G-20	Grupo dos 20 países emergentes
H	Hipótese
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IBAS	Índia, Brasil, África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB	Indústria de Defesa Brasileira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Manual Escolar



MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MME	Ministério de Minas e Energia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTCR	Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis
NAFTA	North American Free Trade Agreement
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBID	Programa Brasileiro de Inclusão Digital
PDN	Política de Defesa Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Eléctrica
PPC	Paridade de Poder de Compra
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RFB	República Federativa do Brasil
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SATO	Organização do Tratado do Atlântico Sul
SCD	Satélite de Colecta de Dados
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIPAM/SIVAM	Sistema de Protecção da Amazónia/ Sistema de Vigilância da Amazónia
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SN	Segurança Nacional
SPI	Sistema Político Internacional
TCA	Tratado de Cooperação Amazónica
TI	Tecnologias de Informação
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não-Proliferação
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
USD	Dólares americanos
VBR	Viatura Blindadas de Rodas
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



1. Introdução

*“Um homem pode morrer, uma nação se erguer ou cair,
mas uma ideia vive sempre.”
John F. Kennedy*

O Brasil poderá ser neste século uma das grandes potências mundiais. O seu recente crescimento económico levou a que o designassem como uma das potências emergentes. Mas será que ele tem a capacidade e a intenção de se tornar numa grande potência?

Na década de 70, durante a ditadura militar e o “milagre económico”, os projectos geopolíticos para uma hegemonia brasileira na América do Sul foram travados pelas duas sucessivas crises do petróleo de 1973 e 1979. Desde então, com o fim da Guerra-Fria, o equilíbrio na ordem mundial foi alterado e os Estados Unidos da América (EUA), seus vizinhos e aliados assumiram a “cadeira do poder”. Entretanto, a maior abertura dos mercados internacionais permitiu que alguns países em desenvolvimento alcançassem um enorme nível de crescimento económico. Nestes países ditos emergentes surge o Brasil, lado a lado com Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul, entre outros.

A recente preeminência do Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) revela a sua capacidade como potência regional. No âmbito mundial, como interlocutor do Grupo dos 20 países emergentes (G-20) e candidato¹ a um lugar permanente no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil evidencia querer afirmar-se como grande potência.

Mas o Brasil precisa mais do que uma grande economia para ser reconhecido como actor proeminente do Sistema Político Internacional (SPI). É essencial que possua um peso geopolítico e instrumentos de poder adequados, que bem aplicados pelos seus decisores políticos, capacitem essa sua vontade de afirmação. Apesar dos problemas internos como a desigualdade social e o crime organizado, à semelhança de países com situações porventura mais graves, o Brasil demonstra querer aceitar esse desafio.

O objectivo a que nos propomos neste trabalho é analisar as capacidades do Brasil, especialmente as que possibilitam influenciar a actual conjuntura e as suas relações com os diferentes actores internacionais. Esta análise permitirá avaliar a sua aptidão para se afirmar como potência regional e como grande potência, identificando quais os instrumentos de poder que ele pode empregar e quais os actores que lhe são mais importantes para o conseguir.

Consequiremos assim constatar de que forma o Brasil pretende afastar a ideia de “eterno país do futuro” (Souza, 2009) e surgir finalmente como o «gigante» sul-americano.

¹ Juntamente com a Alemanha, Índia, Japão e constituindo o Grupo dos Quatro (G4).



a. Delimitação do estudo

O presente estudo foi delimitado à análise simplificada do potencial estratégico brasileiro, no contexto geográfico da América do Sul e à análise dos seus factores conjunturais a partir do início do século XX, na revolução de 1930.

b. Metodologia a seguir

A metodologia utilizada para a análise dos dados recolhidos assentou no método hipotético-dedutivo. A colecta dos dados fundamentou-se essencialmente na pesquisa bibliográfica e em entrevistas a personalidades cuja experiência profissional e pessoal contribuíram para o esclarecimento desta temática.

Tendo presente os objectivos e a delimitação do estudo, colocou-se a seguinte questão central (QC):

“De que forma o Brasil se pretende afirmar como um actor proeminente do Sistema Político Internacional?”

A partir desta questão decorrem as seguintes questões derivadas (QD), a investigar durante este estudo:

QD 1 - Qual é o potencial estratégico do Brasil no mundo, tendo em conta as capacidades que os seus factores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem?

QD 2 - Que instrumentos de poder pode o Brasil empregar na sua afirmação como actor proeminente do SPI?

QD 3 - Que actores do SPI são mais importantes para o Brasil na sua afirmação como actor proeminente do SPI?

Deduzidas as questões derivadas da questão central, colocam-se as seguintes hipóteses (H) gerais, norteadoras de todo o trabalho:

H1 - O potencial estratégico do Brasil no mundo, percebido das capacidades que os factores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, constituem-no como a potência regional sul-americana e como grande potência a médio prazo (2020 a 2030).

H2 - O Brasil pode empregar as suas políticas económica, externa e de defesa como instrumentos de poder, na sua afirmação como actor proeminente do SPI.

H3 - Os países da América do Sul, os EUA, a União Europeia (UE), o Japão e os restantes BRIC, são os actores mais importantes para o Brasil, na sua afirmação como actor proeminente do SPI.

No final do trabalho, estas hipóteses serão validadas ou refutadas, de forma a identificar as tendências de evolução, os actores e as áreas mais importantes para o Brasil, e a concluir acerca das dinâmicas envolventes do seu processo de afirmação no SPI.



c. Organização e conteúdo do estudo

Para validar a hipóteses formuladas e assim responder às questões derivadas e central, organizámos o nosso estudo em cinco capítulos, com os seguintes conteúdos:

No primeiro capítulo e após esta introdução surge um sucinto enquadramento conceptual, caracterizando o actual SPI. No segundo capítulo procuramos enquadrar o Brasil no actual contexto internacional, face às teorias geopolíticas e através de uma análise sucinta pelo estudo do potencial estratégico². No terceiro capítulo, serão apresentadas e analisadas as suas políticas económica, externa e de defesa. No quarto capítulo analisamos as dinâmicas por si promovidas, de modo a identificar os actores que lhe são mais importantes. No quinto e último capítulo, enunciam-se as conclusões do trabalho, resultantes da investigação realizada e que respondem à questão central.

d. Enquadramento conceptual

A definição dos conceitos empregues neste estudo contribui para a sua compreensão e para a edificação do modelo de análise. Neste ponto pretendemos enunciar os mais relevantes e constituir um corpo de conceitos global³.

O poder de um Estado é a capacidade deste em “influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade” (Boniface, 2008: 277). Esta é conferida pelos factores ou instrumentos de poder estruturais (geografia, população, cultura e carácter nacional) e conjunturais (políticos, económicos e militares) (Almeida, 1994: 15). O seu poder resulta portanto “da combinação e do domínio destes” factores “e da sua vontade em os utilizar” (Boniface, 2008: 278).

Apesar da tentativa de o contabilizar em números “não passar disso mesmo”, ele pode ser percebido e “é variável a médio prazo e mutável a longo prazo”, sendo a geografia, logo seguida da cultura, os seus factores mais estáveis (Almeida, 1990: 88 e 261).

O SPI é considerado por Cabral Couto (1988: 19) como um “conjunto de centros interdependentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade”. Aquele é regido pelos princípios fundamentais da soberania, da integridade territorial e da igualdade legal entre Estados. Através de relações de cooperação, acomodação ou conflito com outros, eles visam alcançar os seus fins últimos: a segurança e a prosperidade e bem-estar (Couto, 1988: 20-67).

² Descrito no ME 71-00-08 (IESM, 2007a: 18-56).

³ Ver Apêndice 1 – Corpo de Conceitos.



O SPI pode ser classificado “em função da natureza e concepção política dos Estados” que o compõem ou “da distribuição do poder entre aqueles” (Couto, 1988: 44).

Após o fim da Guerra-Fria e da bipolaridade do SPI adveio uma “nova ordem mundial” (Nye, 2002: 261) caracterizada pela unipolaridade, com os EUA a afirmarem-se como a única superpotência, devido a ser o único Estado com “a capacidade e o interesse em agir de modo universal” (Boniface, 2008: 277).

Tal capacidade era garantida em todos os domínios do poder: económico, tecnológico, militar e cultural.

Com a crescente importância dos mercados financeiros e económicos, surgiram outros actores proeminentes como o Japão, a Alemanha, o Reino Unido e a França, com capacidade de intervenção e decisão na cena política internacional e dotados de reconhecida influência pelos demais actores.

Das várias teorias existentes sobre a actual divisão de poder no SPI, houve quem a definisse como não-polar, com dezenas de actores possuindo e exercitando vários tipos ou formas de poder (Haass, 2008: 1).

Outros conceberam essa divisão do poder mundial como um jogo de xadrez tridimensional, representando uma combinação de interdependências em três níveis: onde o poder militar se situa no tabuleiro superior, sendo o sistema unipolar através dos EUA; o poder económico ficará no tabuleiro intermédio, com uma configuração tripolar (EUA, UE e Japão); e no tabuleiro inferior da interdependência transnacional, o poder aparece disperso (Nye, 2002: 276).

A caracterização que se adoptou neste trabalho é a de que no actual SPI, existe uma única superpotência, com capacidade de influência em todos os domínios do poder e diversas grandes potências, com capacidade de intervenção ao nível económico e político.

Neste contexto, surgiram alguns países considerados como potências emergentes. Estas dispõem de uma preponderância regional e aspiram a ser actores proeminentes do SPI, apoiados sobretudo no seu elevado ritmo de crescimento económico, como são os casos da China, da Índia, da ex-superpotência Rússia, da África do Sul e do Brasil.

O presente trabalho propõe-se confirmar a ideia de um «gigante» sul-americano ou de uma potência regional sul-americana, como será o caso do Brasil, que «despertou» como potência emergente e que pretende assumir um papel preponderante e global.

Até onde e a que actores chegará a sua influência e que instrumentos de poder o Brasil poderá utilizar, é o que procuraremos discorrer e analisar nos próximos capítulos.



2. O Brasil no Sistema Político Internacional

“As grandes esperanças fazem os grandes homens”
Thomas Fuller

Neste capítulo pretendemos enquadrar o Brasil à luz das principais teorias geopolíticas e avaliar o seu potencial estratégico, de modo a contextualizá-lo no mundo.

Após verificarmos da importância conferida ao Brasil pelos vários geopolíticos nas suas teorias, analisam-se sucintamente os seus factores geopolíticos e geoestratégicos. Procuramos assim identificar as potencialidades e vulnerabilidades que o Brasil detém e as oportunidades que se lhe proporcionam, de acordo com a sua tendência de evolução. Por fim, face ao seu potencial estratégico, arriscamos enquadrá-lo na hierarquia das potências.

a. Enquadramento face às principais teorias geopolíticas

O Brasil posiciona-se no lado oriental da América do Sul, ocupando metade do território deste sub-continente e é banhado a leste pelo Oceano Atlântico. Além de ser o maior país sul-americano, tem fronteira com quase todos os Estados, à excepção do Equador e do Chile. O Brasil revela-se assim como um dos casos ímpares no contexto geopolítico mundial (Castro, 1986: 15).

A geopolítica correlaciona o poder conferido à política de um Estado pelo seu território ou geografia, que funciona como “geratriz básica do poder” (Almeida, 1990: 88). Das várias escolas de pensamento geopolítico que foram surgindo, passamos a mencionar as que consideramos mais relevantes, enquadrando o Brasil nos seus fundamentos.

O fundador da geografia política Ratzel foi pioneiro em relacionar espaço e poder, preconizando que as coordenadas principais do poder de um Estado são o seu “espaço” (*raum*) e “posição” (*lage*). Formulou ainda um terceiro conceito, o “sentido de espaço”, ou a vontade de um Estado utilizar aquelas para garantir o seu *lebensraum* ou “espaço vital” (Correia, 2002: 120-131). À luz desta teoria, o Brasil possui o “espaço” e a “posição” suficientes para garantir o seu espaço vital.

Para o fundador da geopolítica, o sueco Kjellén, o Estado age no quadro internacional de forma orgânica e racional, manifestando o seu poder sobretudo nas relações externas (Almeida, 1990: 111). Similarmente, é principalmente através da sua política externa que o Brasil visa obter uma posição de destaque no quadro internacional.

Pela teoria das quatro *pan-regiões* do general Haushofer, o Brasil situa-se na Pan-América cujo pólo director são os EUA (Correia, 2002: 143-147).

Na teoria do poder marítimo de Mahan, o Brasil desfruta de uma posição privilegiada face às rotas do Atlântico Sul e possui o maior litoral no âmbito regional,



tendo a população ali se concentrado, faltando “uma política mais realista do governo” (Castro, 1986: 17) para se considerar uma potência marítima (Correia, 2002: 153-160).

Na teoria do poder terrestre de Mackinder, o Brasil situa-se no “grande oceano” constituído pelas potências marítimas, EUA e suas dependências (Correia, 2002: 161-173).

Na teoria dualista de Spykman, o Brasil situa-se numa das três grandes ilhas do hemisfério sul e dentro do “novo mundo” liderado pelos EUA (Correia, 2002: 177-186).

Aplicando a fórmula do poder percebido de Ray Cline (apêndice 1) ao Brasil, se este possuir grande capacidade militar e se a sua população, contribuir para a execução da estratégia nacional, o seu poder percebido será imenso (Correia, 2002: 85). Em 1980, Clyne classificou-o em quarto lugar atrás de EUA, Rússia e China (Castro, 1986: 33).

Da “escola geopolítica brasileira” destacamos os geopolíticos que mais se evidenciaram à escala nacional e internacional (Freitas, 1999: 77):

As teses de Couto e Silva apoiam-se na “tríade”: “doutrina”, “cosmovisão” e “directrizes gerais para a acção”. A nível interno, concebeu o espaço brasileiro como um vasto “arquipélago” com um “*heartland* central” e cinco “áreas geopolíticas” e idealizou uma “manobra geopolítica concêntrica” para o valorizar e integrar. Afirmado que ao nível externo, o Brasil podia optar em ser uma potência continental ou marítima, defendeu a Segurança Nacional (SN) e a Defesa Nacional (DN) como objectivos nacionais através do primeiro Conceito Estratégico Nacional (CEN) (Freitas, 1999: 120-161).

Para Meira Mattos é através da Pan-Amazónia e da sua colonização e integração no todo brasileiro, que o país promoverá a sua “Segurança e Desenvolvimento”. Na sua perspectiva, o Brasil tal como a China, possui todos os aspectos inerentes à condição de potência de ordem mundial e acrescentou mais um termo à equação de Clyne, a “capacidade de persuadir ou convencer” (Freitas, 1999: 163-198).

Therezinha de Castro idealizou duas teorias: a das “directrizes puntiformes” de âmbito continental, assentes na “exploração” sustentável da Amazónia, na importância da Antárctica e no controlo das reservas de água doce; e a das “directrizes difundentes” para a consecução dos objectivos nacionais, visando projectar o Brasil, potência de 2º nível, rumo ao estatuto de potência de 1º nível no continente americano e no mundo, num período de cerca de 50 anos (Freitas, 1999: 199-252).

Nas várias teorias analisadas e dentro dos espaços geopolíticos em que é inserido, o Brasil nunca aparece como Estado director, devido à proximidade e influência dos EUA. Já pelo seu poder percebido, o Brasil foi considerado como uma potência de ordem mundial e como a maior da América do Sul.



b. Análise geopolítica e geoestratégica

“A geografia é a essência da Política de um Estado”

Napoleão Bonaparte

Os factores geopolíticos e geoestratégicos de um Estado são elementos de natureza essencialmente geográfica que por si só não definem o seu poder, mas que contribuem para a clareza e aceção da sua realidade. Pela sua análise sucinta pretendemos aquilatar do potencial estratégico que o Brasil tem perante o mundo.

(1) Factor físico

A República Federativa do Brasil é o quinto país do mundo em extensão e o maior país da América do Sul. Com dimensões continentais (8 514 876,5 km²) ocupa 47,3% da sua superfície (IBGE, 2008). Com um clima tropical e pouco adverso, ele é ímpar em o seu território ser totalmente habitável, onde o entrave à urbanização e progressão para o interior advém dos seus vastos e importantes recursos naturais. Destacam-se aqui o Pantanal e a Floresta Amazónica⁴, a maior floresta húmida do mundo com uma área superior a 6 milhões de km². Houve uma tentativa de coesão do território ao colocar Brasília numa posição central (Mattos, 1990: 26), mas essa integração física necessita de redes de transporte e comunicações eficazes.



Figura 1 - Posição geográfica do Brasil

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>

O mar foi a via para o seu descobrimento, colonização e expansão económica, além de arena na defesa da soberania nacional. Com parte da sua imensa costa (8 500 km) virada para a “ponte estratégica” do Atlântico⁵ e dominando o Atlântico Sul e as suas principais rotas comerciais⁶, cedo se revelou como potência marítima (Castro, 1986: 15-18). A sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) é a nona maior do mundo e se aumentada⁷, irá garantir ao Brasil uma posição geoestratégica ainda mais relevante no Atlântico Sul. Este, delimitado dos 20° de latitude Norte à Antártida, possui imensas riquezas como petróleo, gás natural, pesca e desportos náuticos (MEC, 2006: 171). O território insular é composto pelos arquipélagos de Fernando de Noronha e Abrolhos e por várias ilhas (IBGE, 2008).

O mar foi a via para o seu descobrimento, colonização e expansão económica, além de arena na defesa da soberania nacional. Com parte da sua imensa costa (8 500 km) virada para a “ponte estratégica” do Atlântico⁵ e dominando o Atlântico Sul e as suas principais rotas comerciais⁶, cedo se revelou como potência marítima (Castro, 1986: 15-18). A sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) é a nona maior do mundo e se aumentada⁷, irá garantir ao Brasil uma posição geoestratégica ainda mais relevante no Atlântico Sul. Este, delimitado dos 20° de latitude Norte à Antártida, possui imensas riquezas como petróleo, gás natural, pesca e desportos náuticos (MEC, 2006: 171). O território insular é composto pelos arquipélagos de Fernando de Noronha e Abrolhos e por várias ilhas (IBGE, 2008).

⁴ Baptizada de Hiléia (herval) por Humboldt devido à riqueza da sua biodiversidade (Schneeberger, 2003:30).

⁵ Designação dada por Roosevelt à linha imaginária Natal-Dakar na 2ª Guerra Mundial (Mattos, 1990: 69).

⁶ Cerca de 50% a 60% de todo o petróleo europeu e 26% do petróleo importado pelos EUA, entre outros.

⁷ O Brasil solicitou à ONU a sua expansão para as 350 mn criando a “Amazónia Azul” (Martins, 2008: 1).



O Brasil é o terceiro país do mundo com mais Estados fronteiriços (9 Estados e um território francês). Os únicos conflitos fronteiriços com vizinhos datam do século XIX d.C. e foram todos resolvidos, o que traduz a sua posição de Estado pacífico e facilita a formação de blocos regionais e as trocas comerciais. Na relação de 2:1, a divisão das fronteiras terrestres pelas marítimas⁸, o Brasil é um país continental. As grandes áreas despovoadas no interior e a grande concentração litoral definem-no como misto (Castro, 1986: 16). A região geográfica predominante é o Planalto Brasileiro, logo seguido pelas Planícies Amazónica e do Pantanal (IBGE, 2008). A conquista do norte e nordeste deveu-se à necessidade de defender o território. No centro e sul, os lentos avanços para o *hinterland*⁹ derivam da procura por recursos, da exploração aurífera e agrícola e por oposição aos espanhóis na Bacia Platina¹⁰ (Castro, 1986: 7-15).

O Brasil tem uma das mais extensas redes hidrográficas do mundo. Possui a maior bacia fluvial do mundo, a Amazónica (7 050 000 km²) que perfaz 47% do território e o segundo maior rio em extensão, o Amazonas (6 280 km). O seu Aquífero Guarani é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo (Souza, 2009). É ainda fértil em rios que correm dos planaltos para as planícies, com grandes quedas de água e um enorme potencial hidroeléctrico, de onde se destaca o rio Paraná, no Sudeste (Schneeberger, 2003: 33). Foi ali que construíram a maior central do mundo em produção de energia, a central binacional (Brasil/Paraguai) de Itaipu, que em 2007 garantiu 50% da produção nacional de energia eléctrica (ABRAGE, 2008).

Da análise ao factor físico retiramos as seguintes **potencialidades**: dimensão continental; posição geográfica; domínio do Atlântico Sul pela extensão costeira; extensão da ZEE; controlo de áreas estratégicas; maior bacia fluvial; maior reserva de água doce. Quanto às **vulnerabilidades**: dificuldade no controlo do espaço de soberania; número elevado e extensão das fronteiras terrestres; integração física do país. Quanto às **oportunidades**: grande número de vizinhos facilita a formação de blocos económicos; aproveitamento sustentado da Amazónia; reforço da defesa e projecção no Atlântico Sul.

(2) Factor humano

O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, a seguir à China, Índia, EUA e Indonésia. Em 2008 os seus cerca de 196 milhões de habitantes equivaliam a 2,9% da população mundial (CIA, 2008). Com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de apenas 9700 dólares americanos (USD) em 2007 (96º lugar), comparativamente aos seus

⁸ Fórmula do coeficiente de continentalidade de Backheuser.

⁹ Terreno ou distrito atrás das fronteiras de uma costa ou rio, também conhecido como Sertão; área onde os produtos são entregues num porto para embarque.

¹⁰ Bacia fluvial do Rio da Prata. Local de conflitos entre Argentina, Uruguai e Brasil (Buraslan, 2008: 104).



países vizinhos, aos BRIC e ao México, daqueles que o superam neste índice, nenhum o ultrapassa em população. Quanto ao índice de Paridade de Poder de Compra (PPC), apenas ficava aquém da China, Índia e Rússia com 11%. Com 31% da população abaixo da linha de pobreza e 1,82% dos pobres a nível mundial, conseguiu em 2007 aumentar o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2007). O índice Gini, que mede a desigualdade entre rendimentos era dos piores (0,56). A taxa de desemprego era de 9,8% (CIA, 2008).

A baixa densidade geral de 22,3 hab/km² é reveladora da falta de integração nacional. Os seus centros de poder estão no litoral, com São Paulo, a 4ª cidade mais populosa do mundo, a concentrar 6,1% da população nacional e o Rio de Janeiro a possuir a maior densidade (328 hab/km²) em 2000 (IBGE, 2001: 16-23). Nas últimas décadas, a população rural diminuiu substancialmente. Desalojada pelas grandes explorações agrícolas, rumou para a cidade à procura de melhores salários e do acesso a serviços públicos básicos, educação e saúde. Os que não encontraram emprego instalaram-se em favelas, aumentando a precariedade das condições de vida (WorldBank, 2008).

O Brasil considera-se um país jovem, pois até 2000 quase metade da população tinha idade inferior a 20 anos. A média de idades é de 28,3 anos e a esperança média de vida global é de 71,7 anos (CIA, 2008). A queda da taxa de fecundidade para níveis abaixo da reposição populacional em 2007, apesar da mortalidade infantil ter reduzido, prenuncia um gradual envelhecimento da população, estimando-se que pare em 2030 (IBGE, 2008).

A evolução da população em idade activa (após os 15 anos) estimada para 2020 (tabela 1) perspectiva uma elevada produtividade que beneficiará a economia do país, comparável à dos demais BRIC (NationMaster, 2009).

Tabela 1 - População dos BRIC em 2020



População (em milhões de habitantes)

Fonte: (NationMaster, 2009)

A sua política demográfica, declaradamente natalista entre 1965 e 1974 (Alvarenga, 1998: 89) visa actualmente um crescimento sustentado da população. Os programas de combate à pobreza e à exclusão social, pretendem reduzir para metade a população que vive com renda inferior a 1 dólar PPC por dia. Este é um dos Objectivos do Milénio, que o Brasil pretende alcançar (PR, 2007: 26). Programas de controlo do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) e de planeamento familiar, concorreram para o



aumento da esperança de vida e para a redução da taxa de natalidade (IBGE, 2008). O Brasil é o maior país lusófono, sendo a língua portuguesa, tornada obrigatória por decreto de 1757 do Marquês de Pombal, um factor de coesão nacional (Souza, 2009). A população brasileira é o resultado de uma enorme miscigenação¹¹ entre vários povos. É constituída por três principais etnias, a branca com 53,7%, a mestiça ou parda (mulata e cabocla) com 38,5% e a negra com 6,2% (japonesa, árabe - 0,9%) (CIA, 2008). Os períodos de grande crescimento demográfico deveram-se ao tráfico de escravos até 1850 e às grandes imigrações entre 1870 e 1960 (5 milhões, onde portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses foram os grupos mais numerosos) (IBGE, 2008). A cultura brasileira é como o seu povo, resultado de uma combinação de elementos europeus, africanos e indígenas. O samba, a Bossa Nova, a escrita de Jorge Amado e o futebol, são as suas expressões mais distintas. Através dela, o povo brasileiro revela a sua união nacional.

O Brasil é um país de grande diversidade religiosa. A maioria é Católica Romana (74%), seguida da Evangélica, da Espírita e da Umbanda e Candomblé¹² (IBGE, 2008).

A educação deu um enorme salto qualitativo na década de 90. Com o aumento da rede de universidades e do nível de pós-graduação o ensino superior foi reforçado. Em média, são gastos 5,5% do PIB anual em programas de educação, que está ao mesmo nível dos EUA (5,3%). O problema é a desigual distribuição de recursos nos vários níveis de ensino, com o ensino superior a ser muito beneficiado. Apesar da taxa de analfabetismo ter descido para os 13,3%, ela ainda se considera muito elevada (IBGE, 2008).

Da análise a este factor retiramos as **potencialidades**: quinto país mais populoso no mundo; elevada PPC motivada pela economia; população jovem; maior país lusófono; língua, religião e cultura como factores de coesão; aumento da esperança de vida; nova classe média. Nas **vulnerabilidades**: assimetrias sociais; pobreza, elevado índice Gini; baixa densidade populacional; correntes migratórias para Sul diminuíram condições de vida; população fixada no litoral; analfabetismo e educação nos níveis de ensino inferiores. Quanto a **oportunidades**: população atinge massa crítica para projectar poder (200 milhões); crescimento sustentado pelo governo; população em 2020 garantirá elevada produtividade.

(3) Factor recursos naturais

O Brasil é um dos maiores produtores do sector agrícola sendo o segundo produtor e o maior exportador mundial de soja, e o primeiro de café, açúcar, laranja, banana, sucos

¹¹Do latim *miscéere*, “misturar”+*genère* “raça”+*çãõ*. Cruzamento entre indivíduos de raças diferentes; mestiçagem. Autorizada por D. José, através de Decreto de 04 Abril de 1755 (Diciopédia, 2003).

¹²Religiões afro-brasileiras. O Candomblé cultiva os orixás, deuses das nações africanas de língua ioruba.



de fruta e cacau. Para estes resultados contribuíram não só a Política Agrícola e o Fundo de Investimento do Agronegócio, como o emprego de novas técnicas e a recuperação de áreas degradadas (CONAB, 2008). O facto de o seu papel nunca ter sido o de alimentar a população, mas de criar riqueza pelas exportações, resultou na subnutrição crónica da sua maioria. Em 2003, a produção alimentar no Norte e Nordeste era insuficiente para satisfazer as necessidades nutricionais da população (FAO, 2009).

No sector agro-pecuário ele é líder no ranking da exportação de carne bovina e em 2010 conseguirá o mesmo na carne de aves e na suína. O mesmo sucede na exportação de couro, calçados de couro, tabaco e algodão (CONAB, 2008). Os importadores tradicionais são a UE, os EUA e os países do MERCOSUL e como novos mercados tem a Ásia, o Médio Oriente e África. Nos campos da pesquisa e da biotecnologia têm-se desenvolvido novas técnicas agrícolas e pecuárias e novas variedades de sementes (MAPA, 2009).

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em recursos minerais. Além de possuir cerca de 8% das reservas mundiais de ferro, (1º exportador mundial), dispõe ainda de grandes jazidas de minerais metálicos como bauxite (2º), manganês (2º) e estanho (5º), entre outros. Uma das maiores reservas de nióbio (1º), minério utilizado nas áreas metalúrgica (turbo-hélices), química e electrónica é brasileira (IBRAM, 2009).

O Brasil é detentor da segunda maior reserva de petróleo do sub-contidente, logo atrás da Venezuela. A maior parte da produção vem da plataforma continental e de águas profundas, e destina-se ao consumo interno. A nível mundial era o 13º mas essa posição é provisória. Em 2007, a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) descobriu uma enorme reserva de petróleo e gás natural na bacia de Santos e outras três, todas de grande profundidade. Com cerca de 56 mil milhões de barris, está é uma das maiores descobertas dos últimos 20 anos, e posicionará o Brasil entre os dez maiores produtores do mundo (EIA, 2008: 4).

Sendo o segundo maior produtor de etanol do mundo e o seu principal exportador, o Brasil encontrou nos biocombustíveis uma alternativa viável ao petróleo. Este desafio iniciado com a crise petrolífera de 1973, levou à criação pioneira de motores e veículos com sistema *flex-fuel*, que permite optar entre o etanol ou a mistura de gasolina e etanol.

A sétima maior reserva mundial de urânio é brasileira (Souza, 2009). Esta possibilita a sua venda ao mercado exterior e satisfaz as necessidades internas, ainda reduzidas pois existem apenas duas centrais nucleares, com uma terceira a ser construída. Nas reservas de carvão é o décimo lugar, tendo em 2007 produzido 7 milhões de toneladas.

O Brasil é um dos maiores produtores de energia hidroeléctrica a nível mundial. A produção da central de Itaipu permite a sua venda a países vizinhos (EIA, 2008: 5-10). Em



2006 as energias renováveis geraram 44,7% da produção global de energia, contra a média mundial de 14% e de 6% nos países desenvolvidos. A implantação em 2002, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Eléctrica (PROINFA), foi o passo fundamental na dinamização deste sector (MME, 2009).

Da análise ao factor recursos naturais verificamos as seguintes **potencialidades**: um dos maiores produtores agrícolas (café, soja, açúcar); líder no sector agro-pecuário; rico em recursos minerais (nióbio, ferro, urânio); auto-suficiente em energia (petróleo, etanol, biocombustíveis, hidroeléctrica e renováveis); biodiversidade. Nas **vulnerabilidades**: agronegócio provocou insuficiência alimentar; a escassez de água poderá gerar conflitos no futuro. Quanto às **oportunidades**: desenvolvimento tecnológico (nuclear, industrial); comércio exterior impulsionador da política externa; reserva petrolífera servirá como contrapeso à OPEP.

(4) Factor circulação

O sistema rodoviário é o principal sistema de comunicações de transporte do Brasil. Mas a quarta maior rede do mundo (1 751 868 km) está muito deteriorada, pela excessiva utilização, pela falta de manutenção e pela natureza. Veja-se a Transamazônica, um grande projecto de integração nacional inacabado, que foi engolida pela floresta (ANTT, 2008).

A rede ferroviária brasileira, segunda maior sul-americana, está subaproveitada. Em 2006, apenas transportou 25% da carga total anual de mercadorias (ANTT, 2008).

A rede hidrográfica brasileira é a mais extensa do mundo com 55 457 km². Se o sistema aquático interior fosse melhorado, seria uma alternativa viável aos transportes rodovias e ferroviários (ANTAQ, 2008). As vantagens económicas e ambientais seriam enormes.

O sistema de transporte aéreo está bem desenvolvido, representando um importante papel no desenvolvimento económico. Das oito principais empresas brasileiras, a mais importante é a GOL. Os voos internacionais em 2007 tiveram como destinos prioritários, os EUA, a Argentina e Portugal (ANAC, 2008).

O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) perspectiva a longo prazo (até 2023) o desenvolvimento dos sistemas e a sua integração continental (PNLT, 2007).

Nas décadas de 70 e 80 o Brasil foi o segundo maior construtor naval do mundo. Com cerca de 95% do total de exportações e importações, o transporte marítimo de longo curso é o sector mais importante na sua expansão económica. Nos anos 90 a frota nacional foi reduzida e a produção estagnou. Actualmente apenas 4% do transporte de mercadorias é garantido por empresas nacionais. Esta situação tende a ser contrariada com a reactivação de empresas e estaleiros, apoiada no aumento da exploração petrolífera (MEC, 2005: 45).



Nas relações de comunicação o Brasil destaca-se pela propagação mundial da sua televisão e séries de ficção. No ano de 2007, existiam um total de 84,3 telefones por cada 100 habitantes. As telecomunicações servem todo o território nacional, existindo 481 estações de televisão, algumas internacionais como a Rede Globo (ANATEL, 2008).

Da análise ao factor circulação verificamos as seguintes **potencialidades**: rede hidrográfica mais extensa do mundo; transporte aéreo viável. Nas **vulnerabilidades**: sistema rodoviário e ferroviário deteriorado; construção naval em decadência. Quanto às **oportunidades**: aproveitamento sistema hidroviário; investimento em infra-estruturas pelo PAC e o PNLT; reactivação dos estaleiros navais.

(5) Factor científico-tecnológico

Os sectores de maior relevo são os da energia nuclear, da física e das indústrias espacial, aeronáutica, militar e automóvel. A biotecnologia e a criação de fármacos (fitomedicamentos¹³) estão em crescimento. As áreas estratégicas para manter a inovação e ampliar a economia do país são o software, os fármacos e os semicondutores (RFB, 2009).

O Brasil é um dos pioneiros da actividade e pesquisa aeroespacial. A maior indústria aeroespacial latino-americana teve início em 1960, com pesquisas no campo dos sensores remotos, meteorologia, geodesia e engenharia espacial (AEB, 2009). Os Satélites de Colecta de Dados (SCD 1 e 2) totalmente criados no país e a parceria com a China na construção de satélites de sensores remotos¹⁴ para vigiar a Amazónia foram alguns dos seus êxitos (INPE, 2009). O seu programa do Veículo Lançador de Satélites e a participação na Estação Espacial Internacional, não correram da melhor forma, mas apesar disso conseguiu colocar no espaço o seu primeiro astronauta. O Sistema de Protecção e de Vigilância da Amazónia (SIPAM/SIVAM), que integra satélites, sensores e radares tem sido deveras importante na protecção e defesa do território (AEB, 2009).

Quando se fala de aeronáutica, o nome do brasileiro Santos Dumont, pioneiro da aviação, é figura de destaque. No sector industrial, evidencia-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), como uma das mais importantes no mundo. Com aeronaves comerciais, executivas e militares vendidas ao nível global, ela representa a evolução brasileira em tecnologias de ponta como o recente projecto do turbo-jacto (Embraer, 2009).

A Indústria de Defesa Brasileira (IDB) era reconhecida mundialmente na década de 80, pelas suas aeronaves, armas ligeiras e Viaturas Blindadas de Rodas (VBR). Após 20 anos sem grande investimento, surgiu em 2008 um plano de recuperação e modernização

¹³ Medicamentos à base de ervas e plantas medicinais.

¹⁴ China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS).



das Forças Armadas (FFAA), para reequipar as mesmas e propiciar o renascimento da IDB. Dele fazem parte a aquisição de helicópteros, caças de combate e cinco submarinos, um dos quais nuclear e que será montado no Brasil (Dellagnezze, 2008: 55).

O Brasil investiu muito nos últimos anos no desenvolvimento das comunicações digitais e nas Tecnologias de Informação (TI). O investimento cresceu 15,4% em relação a 2006, representando 2,2% do PIB nacional (PBID, 2008). Quanto à internet, um total de 50 milhões de utilizadores e 9,573 milhões de servidores de internet colocavam o país em sétimo lugar mundial em 2008 (CIA, 2008). Em termos de circulação diária de jornais, o Brasil estava em 2007 no 101º lugar no ranking (ANJ, 2008).

Do factor científico-tecnológico retiramos as seguintes **potencialidades**: domínio das tecnologias espacial, aeronáutica, automóvel e nuclear; crescimento das TI e da biotecnologia; capacidade industrial. Nas **vulnerabilidades**: escasso investimento na IDB; distribuição de jornais. Nas **oportunidades**: investir na IDB; software; fármacos e semicondutores.

(6) Factor estruturas

O Brasil é uma república federativa presidencialista constituída pelo Distrito Federal, 26 Estados e 5 563 Municípios. A administração do país recai no Governo Federal em Brasília, e cada Estado tem governo e constituição própria. Esta organização tem três poderes independentes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (CIA, 2008). O Executivo administra realizando os fins do Estado, o Legislativo elabora as leis e o Judiciário soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o Estado. O Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado, de Governo e Comandante Supremo das FFAA. O poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, em sistema bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (RFB, 2009).

O Brasil é um regime democrático governado pelo Partido dos Trabalhadores. A desconfiança geral da população nos políticos, deriva da tendência destes em mudar de princípios, em prol de acordos com as elites e classes abastadas e dos frequentes casos de corrupção. A escolha consecutiva de Lula da Silva para presidente prova que o povo queria a mudança e que confia nele (Schilling, 2008: 4). Este tem procurado nos últimos anos contrariar as assimetrias sociais e aumentar o IDH do país. O desenvolvimento sustentável, o combate à fome e a inclusão social, são os objectivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos “Fome Zero” e “Bolsa Família”, entre outros. No período de 2007-2010, o PAC irá investir em infra-estruturas logísticas, energéticas, sociais e urbanas e no estímulo ao crédito (PAC, 2009: 1). Dos sucessos já obtidos, destaca-se o advento de uma nova classe média (Néri, 2008: 5). O programa nacional de segurança pública com



cidadania de 2007, apresentou novas formas de combater a violência e o crime organizado existente no país. A valorização dos profissionais de segurança e o envolvimento da comunidade são algumas delas. Esta situação, que afecta a projecção internacional do Brasil, só será resolvida com o compromisso de todos, a melhoria das condições de vida nas cidades e a reforma agrária nos campos (Gratius, 2007: 2-5).

O Brasil é a décima economia mundial e a maior economia sul-americana. O seu PIB cresceu em 2008 5,1% (USD 1,5 biliões). A sua estabilidade macroeconómica deveu-se sobretudo ao “agronegócio” e ao investimento directo no estrangeiro onde apenas ficou atrás da China. Da crise financeira e económica de 2008, prevê-se que o PIB do Brasil irá diminuir 1,5% em 2009 e que no ano seguinte voltará a subir 2,7%. Entretanto o seu complexo sistema tributário, a pesada carga fiscal e a evasão fiscal generalizada, reclamam por uma racionalização urgente (Economist, 2009). Empresas como a Petrobras (combustíveis), Embraer (aeronáutica), Vale do Rio Doce (mineração) ou a Televisão Rede Globo são reconhecidas em todo o mundo pelos seus negócios. O Brasil pagou a dívida externa que tinha com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil, caso mantenha o ritmo de crescimento económico, será em 2020 uma das maiores economias mundiais ultrapassando as grandes potências europeias (NIC, 2004: 9). Foi através de projecções de crescimento económico, demográfico e industrial, que surgiram os conceito de potências emergentes e siglas como os BRIC ou os next-eleven¹⁵. Nestas previsões, o Brasil surge sempre como uma grande potência a médio prazo (2020 - 2030) e como uma das maiores economias mundiais em 2050 (Wilson, 2003: 2).

A política externa brasileira é o principal veículo de afirmação do Brasil no mundo. Pelo seu multilateralismo e pelos princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da cooperação internacional, ela procura inseri-lo no contexto regional e mundial. Nas relações bilaterais com os vizinhos e na liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, ele pretende alcançar o estatuto de potência regional (Leal, 2004: 271). Com a iniciativa de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e ao se opor à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ele assumiu a sua hegemonia na região. Essa postura afectou a influência dos EUA naquela e ameaçou as relações entre ambos. Ao mesmo tempo, a parceria estratégica com a UE e a ligação Sul-Sul através do IBAS¹⁶ e das relações com África e China, contribuem para a sua afirmação como poder global (Varas, 2008: 2-7). A sua intervenção na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas reuniões

¹⁵ Bangladesh, Egipto, Indonésia, Irão, Coreia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia, Vietname.

¹⁶ Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul, também conhecido como G3.



do Grupo dos Vinte (G20)¹⁷ e a procura de um lugar permanente no CS da ONU, denotam o seu interesse em se afirmar como grande potência (Cervo, 2008: 114).

As FFAA brasileiras são as maiores e mais bem equipadas da América do Sul. O seu efectivo em 2008 era de 288 500 militares no activo, sendo 18º no ranking mundial. Constituídas pela Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB), têm uma longa tradição no controlo político dos destinos do país (Global Security, 2009). O serviço militar é obrigatório e tem a duração de nove a doze meses. Em 2008, era o 5º país com mais jovens em idade para o serviço militar e o único país sul-americano com um porta-aviões no activo. O Brasil não dispõe de armamento nuclear e assinou o Tratado de Não-Proliferação (TNP). A recente Estratégia Nacional de Defesa (END) é unívoca no consenso entre Estado e sociedade, para a defesa e desenvolvimento da Nação. Ela anuncia um projecto de médio e longo prazo (até 2030), para a reestruturação e reequipamento da IDB e das FFAA. Deste projecto destacam-se a reactivação do programa nuclear e o aumento da capacidade dissuasora, da mobilidade e da presença na Amazónia (RFB, 2008: 1). A parceria estratégica entre Brasil e França na aquisição de equipamentos poderá chegar aos USD 8 300 milhões. O Brasil quer ser uma potência militar regional (Poder Naval, 2008) e os especialistas atestam-no (Godoy, 2008).

Desde 1957 que as FFAA participaram em cerca de 20 Operações de Apoio à Paz, sob a égide da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA). A mais recente é a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), comandada e constituída maioritariamente por forças brasileiras. O seu sucesso favorece a projecção do país internacionalmente e é coerente com a tradição da sua política externa (Costa, 2008).

Da análise ao factor estruturas retiramos as seguintes **potencialidades**: estrutura do governo organizada e democrática; confiança no governo; programas de desenvolvimento, inclusão social e de controlo da violência; décima economia mundial e maior sul-americana; empresas globais; diplomacia muito activa e influente; influência do País nos organismos multilaterais; maior autonomia pelo pagamento da dívida externa: potencial militar de dimensão regional; participação em missões de paz. Nas **vulnerabilidades**: casos de corrupção política; violência e crime organizado; evasão fiscal generalizada; elevada carga fiscal. Nas **oportunidades**: fortalecimento do MERCOSUL; em 2020 poderá ser grande potência económica e política; investimento nas FFAA potencia liderança regional; lugar permanente no CS da ONU garante reconhecimento internacional.

¹⁷ Fórum informal que reúne as vinte maiores economias mundiais para discutir assuntos da economia global.



c. Síntese conclusiva

A análise sucinta que efectuámos às potencialidades e vulnerabilidades dos instrumentos de poder do Brasil, cujo quadro síntese foi colocado no apêndice 2, permitiu divisar as seguintes percepções quanto ao seu potencial estratégico:

No factor físico: o seu tamanho, a capacidade em ser totalmente habitável e a sua posição geográfica proporcionam-lhe uma enorme importância estratégica. No contexto regional, apesar do elevado número de vizinhos que possui, o facto de estar em harmonia com todos capitaliza o seu comércio e as relações bilaterais. No contexto mundial, a sua posição face ao Atlântico Sul e a sua enorme costa, facilitam o controlo estratégico das rotas marítimas, o acesso às riquezas do oceano e a sua expansão económica. Por outro lado, a extensão do território obriga à dispersão de meios para o seu controlo e defesa.

No factor humano: a sua enorme população em idade activa é garante de elevada produtividade para o país, sendo que em 2020 ela atingirá o seu pico máximo. A cultura brasileira e as características ímpares do seu povo são um factor de união nacional. Por outro lado, a baixa densidade populacional, a má distribuição de rendimentos, a fome, o analfabetismo e a exclusão social afectam essa união. Os projectos do governo no sentido do crescimento sustentado e na eliminação destes problemas têm verificado progressos, como o aparecimento de uma nova classe média.

No factor recursos: os enormes recursos naturais que ele possui, são o garante do seu poder económico e da sua influência no mundo. No contexto regional contribuem para a sua liderança no MERCOSUL e nas relações comerciais com os seus vizinhos. No contexto mundial capacitam a sua influência nos mercados e organismos internacionais, como a OMC. As projecções do seu crescimento económico e a possibilidade de vir a contrapor o poder da OPEP, apontam-no como uma das grandes potências em 2020.

No factor circulação: o estado precário dos sistemas existentes e o seu subaproveitamento requerem uma intervenção urgente. O governo já iniciou vários programas de requalificação e de integração das infra-estruturas existentes.

No factor científico-tecnológico: dispõe da maior e mais experiente indústria aeroespacial a nível regional. Os programas que desenvolve em cooperação com os EUA, China e outros países e a sua participação em projectos internacionais, são reveladores do seu potencial neste sector. A IDB verá a sua importância reforçada com os novos investimentos. A projecção da indústria aeronáutica nos mercados globais contribui para a importância do país no mundo.



No factor estruturas: associando o facto de ser a décima economia mundial e primeira sul-americana, com o multilateralismo e pragmatismo das sua política externa, verifica-se da sua capacidade em impor os seus interesses, quer a nível regional, quer a nível mundial. No primeiro, possibilitou a sua postura de hegemonia regional, enfrentando os EUA na criação da ALCA e criando uma união ao Sul (UNASUL). No segundo, permitiu a obtenção de benefícios para si e para as suas alianças nos diversos fora onde intervém. A violência, o crime organizado e a corrupção são vulnerabilidades estruturais que o governo actual tenta atenuar. Esta postura traduz o apoio da população às suas políticas. O facto de não possuir armamento nuclear, apesar de lhe retirar poder de dissuasão, coloca-o ao mesmo nível do Japão e da Alemanha, grandes potências que também não o têm. As FFAA do Brasil são as maiores da América do Sul e das maiores a nível mundial. A recente decisão em reestruturar e reequipar as mesmas, associada a uma nova postura estratégica de reforço da defesa nacional e à vontade de projectar o seu poder militar no cumprimento dos seus compromissos internacionais irá potenciar a sua influência.

Assim, pela análise que efectuamos aos seus instrumentos de poder, constatamos que o Brasil tem capacidade para ser claramente a potência regional sul-americana.

Em termos globais, constata-se que é efectivamente uma potência emergente, pois além do “baluarte geopolítico” de que dispõe permitir que se constitua como uma grande potência (Almeida, 1994: 200), as previsões que o apontam como uma das importantes economias em 2020-2025, associadas ao pico de população em idade activa para esse período, possibilitam antever a sua ascendência àquele patamar a médio prazo (2020 a 2030). Esta tendência de evolução do poder e dos desígnios do Brasil só se concretizará efectivamente, se muitas das vulnerabilidades que possui forem supridas.

O resultado da análise efectuada neste capítulo permite-nos validar a H1 - O potencial estratégico do Brasil no mundo, percebido das capacidades que os factores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem, constituem-no como a potência regional sul-americana e como grande potência a médio prazo (2020 a 2030).

Validada esta hipótese, podemos assim inferir que respondemos à QD 1 - Qual é o potencial estratégico do Brasil no mundo, tendo em conta as capacidades que os seus factores geopolíticos e geoestratégicos lhe conferem?

Tendo constatado qual o potencial estratégico que o Brasil possui no mundo, vamos analisar os seus instrumentos de poder conjunturais e constatar se ele os pode empregar no seu processo de afirmação regional e mundial.



3. A postura estratégica brasileira

*“A diplomacia pode ser chamada a arte de convencer sem usar a força.
A estratégia a arma de vencer com os menores custos”
Raymond Aron*

a. Política económica

(1) Evolução

O processo de formação da economia brasileira foi assaz dinâmico, estando os seus períodos de evolução relacionados com os principais períodos da história do país.

Inicialmente, no período colonial (1500-1822), a economia baseava-se na actividade agrícola, destacando-se a exploração do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e prata e da borracha. No período imperial (1822-1889), os principais sectores de produção foram o café, a borracha e o gado. Na República Velha (1889-1930), a industrialização modificou o modo de trabalhar a terra, mantendo os mesmos sectores. Desde a Grande Depressão à primeira crise petrolífera (1930-1973), surgiram o “desenvolvimentismo”, o “agronegócio” e o “milagre económico”. De 1973 à actualidade, a recessão, o Plano Real e a presente crise mundial marcaram o seu percurso (Schneeberger, 2003: 68-118).

A partir de 1930, com o início do “desenvolvimentismo” na era de Getúlio Vargas e com o programa “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a política de substituição de importações acelerou a industrialização.

Nos anos 50, a garantia de vantagens e benefícios fiscais ao investimento estrangeiro, trouxe grandes capitais para o Brasil. O incremento da participação económica do Estado nos sectores da mineração, da siderurgia e da energia eléctrica, motivaram a criação do actual Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES). A indústria automóvel, com a produção de veículos das seis principais marcas mundiais, controlava os preços para aumentar os lucros, contribuindo para o aumento da inflação. Esta industrialização, além de tardia foi muito rápida. Ao mesmo tempo foi monopolista e orientada para poupar mão-de-obra, o que provocou um aumento do desemprego.

Na década de 70, surgiu o conceito de “agronegócio”, apoiado na monocultura extensiva e mecanizada da soja. Foi durante a ditadura militar (1969-1973) que ocorreu o período de grande crescimento económico, conhecido como o “milagre económico”. O PIB cresceu a um ritmo médio de 10% ao ano - dos dez maiores do mundo - e a inflação variou entre 15% e 20%. O Estado industrializou o país, investindo nas indústrias pesada, siderurgia, hidroeléctrica e de construção naval, gerando riqueza e emprego. No entanto, essa riqueza foi distribuída de acordo com políticas diferenciadas, o que motivou desigualdades sociais acentuadas entre as classes (Schneeberger, 2003: 85-97).



Paralelamente à industrialização, a construção de rodovias, ferrovias e portos, no eixo Rio de Janeiro - São Paulo fixou nesta área grande parte da população, originando um dos maiores fluxos migratórios da história brasileira, do Nordeste para o Sudeste.

A crise mundial do petróleo em 1973-74 colocou o Brasil num longo período de recessão e instabilidade monetária. A necessidade de importar este combustível, essencial à indústria e aos transportes, agravou ainda mais a sua situação económica. Mesmo com dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (em 1972 e 1975), a inflação não parou de aumentar, chegando aos 200% em 1983. O Governo Federal tentou influenciar a economia com a mudança do Cruzeiro para o Cruzado (1986). Com o Plano Real, a “hiper-inflação”, que quase atingiu os 6 000% em 1989, foi reduzida pelo investimento nas instituições nacionais e pelo fim dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Ao apoio de USD 41 500 milhões do FMI, em 1998, seguiu-se a mudança do Cruzado para o Real, deixando de estar indexado ao dólar, o que acelerou a recuperação económica (Schneeberger, 2003: 85-157).

Em 2003, o novo governo introduziu políticas externas e sociais mais activas, para dinamizar a economia, atrair o investimento estrangeiro e combater a desigualdade entre classes e a dívida pública (Leal, 2004: 274). Entretanto, a dívida externa com o FMI foi paga, e o país ganhou autonomia nos organismos internacionais (WB, 2009: 1).

Com o aumento do rendimento mínimo e do poder de compra surgiu uma nova classe média e o país aumentou o seu IDH (PNUD, 2007). O reconhecimento do seu enorme poder económico motivou a promoção do Brasil em 2008, a *investment grade*¹⁸ pelas agências de investimento internacional (Expo Money, 2007).

As empresas brasileiras são as maiores contribuintes para o estado da economia. Destacam-se a Petrobras, sétima maior petrolífera do mundo em 2007, a Odebrecht, a maior empresa de construção da América do Sul e a Vale do Rio Doce, a maior empresa de mineração brasileira. Os investimentos no exterior são apoiados pelo BNDES, com um orçamento de USD 30 000 milhões, 10% maior que o Banco Mundial (Zibechi, 2006: 4).

Várias previsões de crescimento demográfico, do PIB, do PIB *per capita* e de movimentos de capital, colocaram as economias reunidas dos BRIC, como a maior economia mundial em 2050. Já em 2025 elas irão superar muitos países do G6¹⁹. Ao Brasil caberá o papel de exportador agro-pecuário e produtor de alimentos (Wilson, 2003: 2).

¹⁸ Grau de investimento - recomendação para investimento num país, efectuada por agências especializadas como a Fitch ou a Moodys (Money, 2007).

¹⁹ O Grupo dos Seis (G6) é constituído pelos EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália.



(2) Os blocos económicos²⁰

O período do pós-Guerra Fria e a globalização foram propícios à multiplicação de acordos e à criação de blocos económicos regionais. Nestes últimos, para proporcionar o desenvolvimento dos seus membros, é necessária uma convergência de políticas, uma forte coesão interna e uma hierarquia entre eles (Correia, 2002: 284).

Os principais blocos económicos onde participam países do continente americano são seis. São eles o MERCOSUL, a UNASUL, a Comunidade Andina das Nações (CAN), o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), a ALCA e a Associação de Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC). O Brasil participa nos dois primeiros.

O MERCOSUL foi criado em 1991 pelo Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Chile, Bolívia, Venezuela e Equador associaram-se mais tarde como membros e perspectiva-se a entrada da Colômbia e do Peru. Como processo contínuo de integração económica, ele evoluiu de uma Zona de Comércio Livre, para uma União Aduaneira em 1995. A integração de todos os países sul-americanos permitirá aos sectores mais eficientes alcançar níveis de competitividade internacional. A liderança do bloco pertence claramente ao Brasil, pela sua preponderância em relação aos demais países. A balança comercial, que tende em quase todos os sectores para o Brasil, é assim reveladora da sua hegemonia regional no sector económico (Tyti, 2008: 2).

A UNASUL é uma comunidade que reúne os doze países sul-americanos com vista à sua integração. Ela surge da convergência MERCOSUL - CAN (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), a que se associaram o Chile, o Suriname e a Guiana. Os seus objectivos são muito similares aos da UE, pois visam a integração física, a harmonização de políticas rurais e agro-alimentares e a cooperação em tecnologia, ciência, educação e cultura. Com 17,7 milhões de km² e cerca de 376 milhões de pessoas, o seu PIB chega aos USD 1 229 milhões. Em Maio de 2008 foi assinado o Tratado Constitutivo (UNASUL, 2008).

Relativamente à ALCA, esta propunha-se eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos (exceptuando Cuba), traduzindo na prática a junção efectiva do NAFTA (EUA, Canadá e México) com o MERCOSUL (Tyti, 2008: 4). O receio de obstáculos às exportações, do aumento do desemprego e as relações bilaterais dos EUA com vários países latino-americanos, tentando minar o MERCOSUL, levaram ao seu fim em 2005, com o abandono do Brasil e da Venezuela (ALCA, 2009).

²⁰ O poder económico de um Estado situa-se a três níveis: global, estatal e empresarial; e os espaços geoeconómicos articulam-se em: mundial, regional ou supra-estatal (blocos económicos), nacional e regional sub-estatal (agrupa várias regiões vizinhas) (Correia, 2002: 283).



b. Política externa

(1) Evolução

A evolução da política externa brasileira baseia-se num padrão de conduta, como continuidade de uma política de Estado. Ela assenta nos elementos de identidade nacional como: a autodeterminação, a não intervenção e solução pacífica de conflitos; o respeito pelos seus compromissos; as parcerias estratégicas; o realismo e pragmatismo; e a independência na inserção internacional, entre outros (Cervo, 2008: 26-31).

Os períodos em que a sua evolução se pode decompor são o período colonial (1530-1550), o independente (1822-1930) e o nacional (1930 à actualidade) (Almeida, 2000: 2).

No período nacional, a revolução de 1930 que instaurou o Estado Novo, não reduziu a intensidade das relações internacionais brasileiras, mas iria redefini-las até 1934.

A II Guerra Mundial possibilitou que o Estado reforçasse a economia pela cooperação bilateral com os EUA, enquanto manteve a aquisição de maquinaria à Alemanha e Itália, como já decorria nas décadas anteriores. A industrialização do País tornou-se assim, no objectivo momentâneo da política externa brasileira (Cervo, 2008: 43).

A mudança do regime militar para o governo civil, em 1985, não afectou a política externa do país. Esta fora planeada e iniciada pelo regime, como a cooperação na exploração dos rios da Bacia da Prata e no sector nuclear, entre Brasil e Argentina.

Com Fernando Henrique Cardoso, a ênfase dada ao multilateralismo, à integração do sub-continente com a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), à crítica do unilateralismo e às relações com a Europa, resultou no seu prejuízo. Com a sua política externa, o Médio Oriente, a África Subsaariana, o Japão e a China foram desprezados e a Rússia e o Leste Europeu esquecidos (Cervo, 2008: 50-54).

O governo do presidente Lula veio reorientá-la, transitando de um multilateralismo utópico para o de reciprocidade entre potências mundiais e emergentes, reforçando a América do Sul como centro de poder e plataforma de projecção dos interesses brasileiros.

(2) Inserção internacional

O Brasil não sendo ainda uma grande potência internacional, demonstra possuir uma eficaz política externa. É através dela e do seu multilateralismo, apoiados na capacidade económica que detém actualmente, que procura legitimar o seu papel nas esferas políticas e de segurança regionais e mundiais (Cervo, 2008: 114).

Sendo o maior e mais influente dos países sul-americanos, o Brasil sempre procurou o estatuto de potência regional. Para esse propósito contribuem a sua liderança no MERCOSUL, a oposição à ALCA sob o domínio dos EUA, a criação da UNASUL, a



cooperação Sul-Sul pelo G3-IBAS, e as parcerias estratégicas com países latino-americanos e africanos. O conjunto da América do Sul e destes países do Atlântico Sul e Caribe são a plataforma económica e política que garantirá a autonomia daquela região, com o Brasil na sua liderança (Leal, 2004: 271-275).

A influência brasileira nas organizações mundiais, como a ONU e a OMC, contribuiu para o desejo dos países por uma maior divisão das responsabilidades mundiais, no âmbito comercial, financeiro e político e para que fosse alcançada uma reciprocidade de benefícios.

Na ONU, onde é membro fundador, o Brasil pretende um lugar permanente no CS através do G4, caso a reforma da organização ocorra. Este seu desejo parece estar longe de se concretizar, pois os interesses dos EUA não vão nesse sentido e existem membros que além de não aceitarem a Alemanha (EUA), Japão (China) ou Índia (Paquistão) no CS, não vêem no Brasil o potencial estratégico necessário, sobretudo o militar (Klausing, 2006: 4)

Na OMC, onde é igualmente membro fundador, o Brasil uniu esforços com outros países emergentes criando uma coligação anti-hegemónica (G-20) para reduzir os subsídios e incentivos à produção agrícola nos EUA e às taxas de importação na UE (Leal, 2003: 219-230). Apesar de as negociações estarem bloqueadas, tendo a Índia e a China abandonado as mesmas, conseguiu-se que em 2013, cessem os subsídios às exportações (Neto, 2008).

A opção estratégica do Brasil pelo G-20 parece válida. Apesar de não formarem um bloco como a UE, a história reserva-lhes a “hegemonia do século XXI”, pois possuem mais de metade da população, do comércio internacional, do consumo e das finanças do mundo, e um ritmo de crescimento duas vezes superior à Europa e aos EUA (Cervo, 2008: 56-89).

Estas opções, conjugadas com parcerias estratégicas, permitiram a sua intervenção em quase todos os fora internacionais, como por exemplo, nas reuniões do G20. Nestas, o Brasil tem defendido a luta contra a fome, a pobreza e contra a poluição ambiental.

A diplomacia brasileira, dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) (o Itamaraty), propagou-se pelos quatros cantos do mundo, projectando globalmente as empresas nacionais e constituindo o Brasil num “estado logístico”. Com a dívida externa ao FMI saldada, o Brasil passou a ter ainda maior visibilidade. Por outro lado, as desproporções sociais ao nível interno, não beneficiam essa imagem (Cervo, 2008: 108).

Os recentes avanços da UNASUL na área da segurança e defesa, a “Coligação para uma Nova Agenda” na não-proliferação nuclear (Brasil, Suécia, Irlanda e México, entre outros) em 1998, o alinhamento estratégico com os restantes BRIC²¹ e o incremento da

²¹ O Brasil desejava consolidar o G3, atraindo Rússia e China para formar o G5, ou BRICS (Leal, 2004: 277).



cooperação técnico-militar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), demonstram a relevância do Brasil nesta área (Leal, 2004: 272).

A actual inserção internacional do Brasil compreende assim oito áreas principais, não obstante o seu multilateralismo. São elas o comércio regional e o internacional, a integração regional, a não-proliferação nuclear, as alianças ao Sul, a reforma da ONU, os principais países emergentes e a CPLP (figura 2).

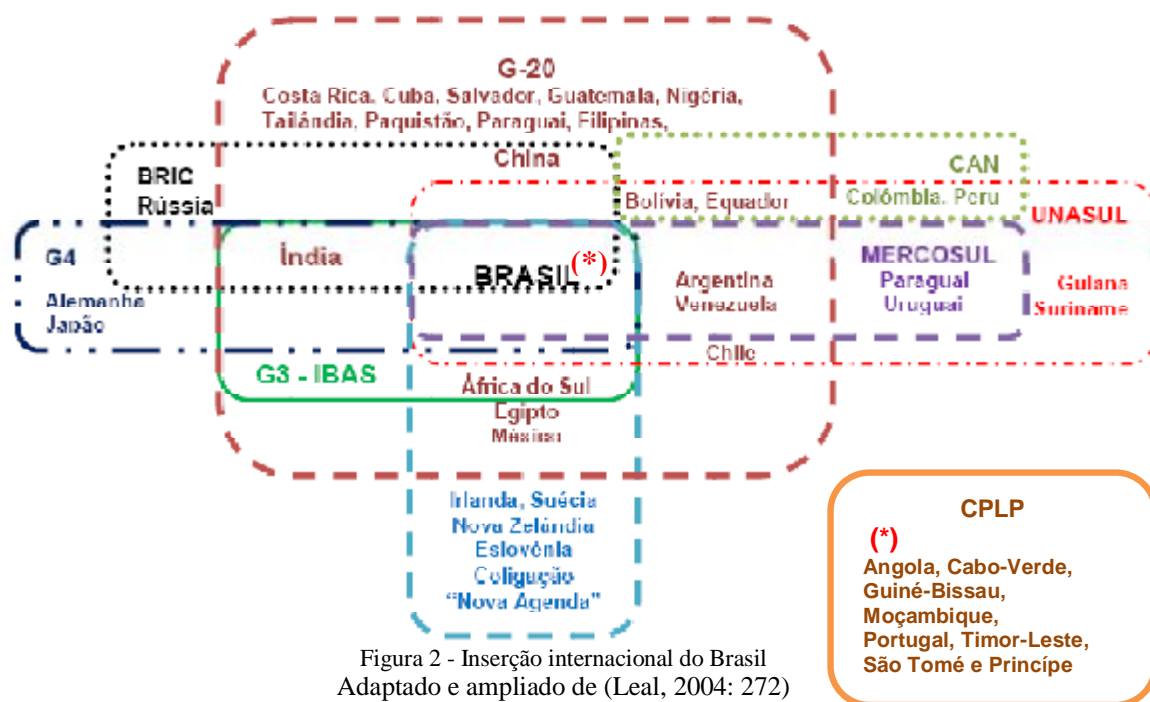


Figura 2 - Inserção internacional do Brasil
Adaptado e ampliado de (Leal, 2004: 272)

c. Política de defesa

A Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do País. Vários períodos do seu crescimento industrial, económico e tecnológico, coincidem com a atenção da Nação e dos seus dirigentes por esta área.

A DN é o “conjunto de medidas e acções do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”, sendo um “dever de todos os brasileiros”. A defesa civil, a segurança pública e as políticas de saúde, educação e ambientais contribuem igualmente para a SN. Esta é “a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (RFB, 2005: 1 e 2).

O artigo 142º da Constituição Federal de 1988 define que as FFAA, “constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares”, “sob a autoridade suprema do Presidente da República” e o seu propósito é



defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e a lei e ordem (RFB, 1988: 30). Em complemento, foi atribuída ao EB a missão de cooperar no desenvolvimento nacional e na defesa civil, na garantia da lei e ordem, apoiando as forças de segurança (RFB, 2004: 2).

(1) Evolução

Após o período de 1930 a 64 onde intervieram frequentemente no processo político, as FFAA impuseram um regime militar até 1985. Apesar do “milagre económico”, industrial e tecnológico, a sua definição de SN incluía o combate à insurgência e ao comunismo, que derivou na repressão e no receio populares. O ambiente geopolítico sul-americano era de contenção e desconfiança entre os governos militares. Destas posições e do interesse mútuo em consolidar uma hegemonia regional, que ainda hoje subsiste embora não assumido, resultaram tensões entre o Brasil e a Argentina (Senhoras, 2007: 3).

Foi nessa intenção que grandes projectos foram criados, alicerçados nas teorias da “escola geopolítica brasileira”, de forma a aumentar o poder nacional. Os discursos de afirmação como potência regional apoiavam-se na execução de programas nas áreas: aeroespacial, como o programa controlado pela FAB; nuclear, como o “Programa Paralelo” de construção de uma bomba nuclear e o do ciclo de combustível; do armamento, com a dinamização da IDB; da energia, com a produção de etanol e biocombustíveis; dos transportes, com a aposta no sector rodoviário; e de integração territorial, com a inacabada Transamazônica e o “Projecto Calha Norte”.

Os dois primeiros foram alvo de controlo nacional e internacional, após serem denunciados pelo então presidente Collor de Mello. A adesão ao Tratado de Tlateloco²² em 1994, ao Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis (MTCR) em 1995 e ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) em 1998, que o Brasil rejeitou durante 30 anos, atestam a sua opção em utilizar a energia nuclear para fins unicamente pacíficos²³.

O fim da Guerra-Fria e a globalização alteraram a conjuntura internacional. Surgiu um novo cenário de cooperação entre os países sul-americanos e latinos, motivado pelas ameaças e actores comuns no panorama da segurança e defesa (crime organizado, grupos paramilitares). O aumento da confiança mútua foi igualmente induzida pelos sucessos nos sectores económico e diplomático. Vários países têm vindo a reequipar as suas FFAA, com vista a actualizar os futuros mecanismos colectivos de segurança e defesa do sub-continente. Sem abdicarem da sua autonomia e da capacidade em se defenderem de ameaças externas, caminham para a integração regional nesta área (Senhoras, 2007: 12).

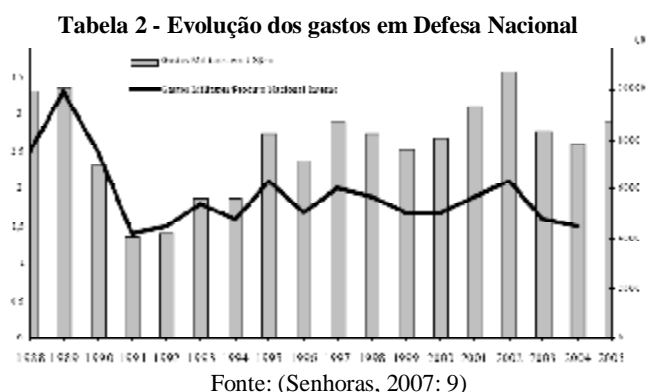
²² Tratado para a proibição de armas nucleares na América Latina e no Caribe.

²³ Como comprova o Artigo 21º da sua Constituição Federal de 1988 (RFB, 1988: 9).



A criação do CDS em 2008 e a sua primeira reunião em Março de 2009 iniciaram essa caminhada. Entre indústrias militares, operações humanitárias e a criação de uma doutrina de defesa comum (DB, 2009), a ideia de constituir um mecanismo de defesa regional, que obtenha o sucesso que outros²⁴ não conseguiram, poderá vingar. O ideal de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (SATO), apoiada na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e na crescente importância da região, será análogo ao papel da UE e da NATO, contribuindo como estas para a segurança no mundo.

Na evolução dos gastos em DN de acordo com o PIB, de 1988 a 2005 (tabela 2), verificou-se que esta não foi prioridade para os últimos governos. Por outro lado, o incentivo do actual executivo ao debate público sobre DN, a aquisição de novos materiais e o aumento do orçamento de defesa (USD 19664 milhões no ano de 2008) são sinal de uma mudança neste sector.



(2) Mecanismos de implementação

A documentação oficial relativa à DN brasileira é muito escassa e recente. Salvo um CEN de 1969, exarado na Escola Superior de Guerra (ESG) e uma ambígua Política Militar Brasileira de 1993, a primeira PDN surge apenas em 1996. Até então o seu debate na sociedade fora inexistente, o que se traduziu num documento muito genérico e superficial, substituído em 2005 por uma nova PDN (Costa, 1994: 112).

Além de caracterizar o ambiente internacional, com atenção nas disputas sobre recursos naturais, a actual PDN reafirma a vocação pacífica do Brasil e o seu interesse no desenvolvimento integrado e harmonioso da América do Sul. O documento apresenta claramente os objectivos, as orientações estratégicas e as directrizes da DN, com vista à prossecução dos legítimos interesses nacionais.

Uma maior inserção nos processos de decisão internacionais e a salvaguarda do seu carácter geoestratégico misto (do espaço aéreo, das fronteiras e do Atlântico Sul) são pretendidas. A preocupação com uma possível agressão exterior e o emprego da dissuasão, além da capacidade em agir preventivamente, em legítima defesa e no âmbito da Carta das Nações Unidas, estão também presentes neste documento director (RFB, 2005: 1-9).

²⁴ Os fracassos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) na Guerra das Malvinas, em 1982 e na “Guerra ao Terrorismo” invocada pelos EUA em 2001.



Decorrente da PDN, surgiu em 2008 a END, documento que estrutura as acções do Estado e da sociedade brasileira como um todo, na sua contribuição para a defesa e desenvolvimento da Nação. Sistematizando toda a END, o documento apresenta ainda as suas medidas de implementação, de modo a contextualizar todo o processo. A END está organizada em volta de três eixos estruturantes: a organização das FFAA, a reorganização da IDB e o futuro do Serviço Militar Obrigatório (SMO) (RFB, 2008: 1-3).

O primeiro eixo passa pela reestruturação dos três Ramos de modo a garantir a sua interoperabilidade, a criação de doutrina de emprego conjunta e de Estados-Maiores Conjuntos, ao nível do Ministério da Defesa (MD) e em cada área de jurisdição (as quais passam a ser coincidentes). O reposicionamento de forças na Amazónia, a realização de exercícios conjuntos e a criação de forças estratégicas de elevada mobilidade, além da definição dos equipamentos a adquirir, são a asserção dessa prioridade para a END.

No segundo eixo, a aposta na IDB visa aumentar a sua produção, com base: em projectos nacionais de construção de veículos blindados e aéreos não tripulados, entre outros; na transferência de tecnologias; e nas parcerias com outros países, como a França na construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, que garantirá ao Brasil um poder de dissuasão no Atlântico Sul.

Quanto ao SMO, este visa a mobilização da população para a defesa da sua soberania e serve de instrumento na afirmação da unidade nacional “acima das divisões das classes sociais” (RFB, 2008: 11).

Após descrever as Hipóteses de Emprego das FFAA e os seus fundamentos, a END especifica as acções estratégicas dos sectores e calendariza a apresentação dos planos, estudos sectoriais e propostas de Lei. As metas definidas são de curto prazo (até 2014), de médio prazo (2015 a 2022) e de longo prazo (2027 a 2030). São prioritárias a capacidade dissuasora, a monitorização, mobilidade e presença na Amazónia, o fortalecimento dos sectores espacial, cibernético e nuclear (com fins pacíficos), o combate ao narcotráfico e ao crime organizado e a participação em missões de paz no âmbito dos seus compromissos internacionais, como projecção internacional do seu poder (RFB, 2008: 12-59).

O actual pensamento estratégico brasileiro procura acima de tudo, a integração e o empenho de todos os sectores, neste campo essencial à sobrevivência da nação. Pretende assim passar de uma PDN para uma “política nacional de defesa”.

Com este investimento na defesa, o Brasil obterá definitivamente o reconhecimento por parte dos seus vizinhos, do seu lugar na região e no mundo, como a potência regional sul-americana e como futura grande potência mundial (Poder Naval, 2008).



d. Síntese conclusiva

A utilização dos factores conjunturais como instrumentos de projecção de poder, é característica da estratégia nacional de um Estado. Nos anos 70, a estratégia total brasileira, apoiava-se nestas estratégias particulares, no sentido de projectar o país como grande potência mundial. As sucessivas crises petrolíferas de 1973 e 1979, e o facto da hegemonia regional ter deixado de ser um objectivo político, lograram esse desígnio nacional.

Actualmente, a postura estratégica brasileira, como refere o Sr. Embaixador Celso Souza, assenta nos mesmos pilares, os quais estão agora mais firmes e robustos.

A política económica é o pilar mais sólido e resistente, sendo através dela que os outros dois se dinamizam e evoluem. O seu processo de maturação económica, garantiu ao Brasil a aptidão para enfrentar novas crises e contribuiu para a sua autonomia estratégica no mundo, no papel de *global trader*²⁵. Apesar dos problemas sociais no País, os êxitos da sua política ao nível interno têm-se sucedido, como o aparecimento de uma nova classe média, e a criação de mais empregos pelo investimento estrangeiro no País.

A política externa brasileira, de carácter “expansionista”, pragmático e multilateral, tem sido eficaz na afirmação do País na região e no mundo. Através da sua liderança da integração sul-americana, ele surge como um importante actor global: na reforma da ONU, caso esta ocorra, o País ficará ao nível de decisão das grandes potências; na OMC, ao introduzir a multipolaridade nas negociações comerciais, o Brasil contrapôs a hegemonia dos EUA e da UE nos mercados mundiais; e na cooperação internacional, onde o seu *soft power* tem obtido enormes sucessos diplomáticos pelos quatro cantos do mundo.

A política de defesa brasileira voltou a ter um papel relevante na estratégia nacional. A importância atribuída à DN revela a preocupação do Brasil na defesa dos seus recursos naturais e da sua integridade territorial. Ao capacitar as suas FFAA para defender o seu território e projectar a sua influência além-fronteiras, se necessário, o Brasil satisfaz os seus compromissos internacionais e afirma-se como potência regional militar.

Analisada a postura estratégica do Brasil no mundo, podemos assim validar a H2 - O Brasil pode empregar as suas políticas económica, externa e de defesa como instrumentos de poder, na sua afirmação como actor proeminente do SPI. Esta responde à QD 2 - Que instrumentos de poder pode o Brasil empregar na sua afirmação como actor proeminente do SPI? No próximo capítulo vamos analisar as relações externas brasileiras, para identificar as que são mais importantes na sua projecção regional e mundial.

²⁵ País que se relaciona comercialmente com países do mundo inteiro.



4. A visão brasileira

*“Os mais fracos estão sempre ansiosos por igualdade e justiça.
Os mais fortes não lhes dão atenção”
Aristóteles em “A Política”*

O Brasil é um país satisfeito consigo mesmo e pacífico, apesar de possuir uma dezena de vizinhos e enormes recursos (Cervo, 2008: 128). Para alcançar essa condição ele soube promover e dinamizar as suas relações externas. Numa análise mais específica, procuramos identificar as mais importantes na sua agenda de afirmação regional e mundial.

a. Relações de âmbito regional²⁶

No início do seu governo, Lula da Silva foi peremptório ao afirmar a prioridade da sua política externa para os países sul-americanos, visando a integração regional²⁷ com benefícios recíprocos e sobretudo o desenvolvimento do Brasil (Faria, 2003:2). A liderança do MERCOSUL, a oposição à ALCA e o seu papel na resolução de conflitos regionais, são sinais de uma hegemonia desejada e contribuem para a sua projecção internacional.

(1) Brasil - Suriname

A República do Suriname situa-se a norte do Brasil, com que divide uma fronteira de 593 km. A antiga Guiana Holandesa é o mais pequeno e pobre país sul-americano (70% da população vive abaixo da linha de pobreza) (Index Mundi, 2009). As relações entre ambos têm sido de cooperação, sendo o seu marco histórico, o Tratado de Cooperação Amazónica (TCA)²⁸. O Brasil concedeu linhas de crédito para implementação de infra-estruturas e indústrias, de que resultaram dívidas de quase USD 70 milhões. Estas foram já renegociadas, pois o Brasil pretende contribuir para a integração e desenvolvimento sustentável deste seu vizinho (MRE, 2009).

(2) Brasil - Guiana

A República Cooperativista da Guiana situa-se a norte do Brasil, com que divide uma fronteira de 1 606 km, a oeste do Suriname e a leste da Venezuela. A antiga Guiana Inglesa é o terceiro país mais pequeno da América do Sul (Index Mundi, 2009). As relações entre ambos são de cooperação no âmbito tecnológico e militar e na criação de ligações terrestres e aéreas. A inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu em Abril de 2009 irá beneficiar o comércio bilateral e os Estados brasileiros do Amazonas, Amapá e Roraima. Uma vez que a Guiana pertence à Comunidade do Caribe (CARICOM) desde 1973, esta relação poderá servir ao Brasil como ponto de acesso para aquele mercado (MRE, 2009).

²⁶ Estas podem ser de rivalidade, cooperação, parceria, cíclicas e em eixo (entre países simétricos, evoluindo da rivalidade à cooperação, até à convergência de interesses regionais) (Cervo, 2008: 211).

²⁷ Pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a IIRSA, o MERCOSUL, a UNASUL e as relações bilaterais (Faria, 2003: 6).

²⁸ Assinado por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em 1978.



(3) Brasil - Venezuela

A República Bolivariana da Venezuela está delimitada a oeste pela Colômbia, a leste pela Guiana e a sul pelo Brasil, com o qual divide uma fronteira de 2 199 km. A antiga Província espanhola da Venezuela é o sexto maior país sul-americano em população e território e a terceira maior economia (Index Mundi, 2009). A sua política externa esteve sempre voltada a norte, para os EUA e o Caribe. Em 1994, o segundo governo de Caldera passou a privilegiar a cooperação com o Brasil na integração física e no desenvolvimento fronteiriço. O intercâmbio petrolífero levou a então líder mundial e membro da OPEP, a terceiro fornecedor do Brasil. Com a criação de um Comité Empresarial Brasil-Venezuela, consolidaram-se as suas relações como parceria estratégica (MRE, 2009). Hugo Chávez, apesar do seu carácter imprevisível e de disputar um certo carisma e onnipresença na região com Lula, tem mantido boas relações (Nogueira, 2007: 3). A sua economia, assente na exportação de petróleo e a sua política²⁹, antagónica aos EUA, viraram costas à CAN e assinaram um protocolo de adesão ao MERCOSUL, aprovado em 2008. A balança comercial bilateral (USD 5 688 milhões em 2008) tem beneficiado o Brasil (MRE, 2009).

(4) Brasil - Colômbia

A República da Colômbia delimita-se a leste com a Venezuela, a sudoeste com o Equador e Peru e a sudeste com o Brasil, com que divide uma fronteira de 1 644km. Esta antiga província espanhola é o quarto maior país em território, o segundo em população e a quarta maior economia (Index Mundi, 2009). De costas voltadas durante muitos anos, só em 1972 iniciaram as suas relações de cooperação. A balança comercial bilateral³⁰ revelou-se mais generosa para o Brasil, pelo que vários acordos a fixar taxas reduzidas na importação de produtos colombianos, permitiram o seu equilíbrio. Como primeiro e segundo produtores mundiais de café, a acção coordenada de Brasil e Colômbia permite o controlo dos preços. As áreas de cooperação têm sido a ciência e tecnologia, a militar, o combate ao narcotráfico e no âmbito do SIVAM/SIPAM. Em 2004, a Colômbia associou-se ao MERCOSUL (MRE, 2009). Na instabilidade provocada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e no ataque da Colômbia a um acampamento destas no Equador, o Brasil reiterou o apoio às autoridades colombianas e à solução pacífica do conflito. Por outro lado, a sua posição de não intervenção ou ingerência nos assuntos internos gerou alguns atritos, como o asilo político de um membro das FARC ou ao não tomar posição na classificação deste grupo como organização terrorista (Rech, 2007).

²⁹ A Venezuela é designada como uma democracia parcial (house, 2009).

³⁰ Que em 2008 foi de USD 3 124 milhões (MRE, 2009).



(5) Brasil - Peru

A República do Peru está delimitada a norte pelo Equador e Colômbia, a sul pelo Chile e a leste pela Bolívia e Brasil com que divide uma fronteira de 2995 km. O antigo Vice-Reinado espanhol do Peru é o terceiro maior país em território, o quarto mais populoso e a sexta maior economia sul-americana (Index Mundi, 2009). Marcado pela instabilidade interna, estimulada tanto por grupos como por dirigentes, iniciou relações com o Brasil em 1826. Estas foram várias vezes cortadas, não devido a rivalidades mas a conflitos contra terceiros. O papel do Brasil no processo de paz entre o Equador e o Peru, em 1998, reafirmou a sua cooperação. As suas prioridades são a Amazónia, a cooperação fronteiriça, a integração energética, física e de transportes e o combate ao narcotráfico. O Peru associou-se ao MERCOSUL em 2003 e apoia o Brasil na reforma da ONU. A balança comercial bilateral (USD 2 298 milhões) tem sido favorável ao Brasil (MRE, 2009).

(6) Brasil - Equador

A República do Equador situa-se entre a Colômbia a leste e o Peru a sul. Em 1922, um acordo entre estes deixou o Equador sem fronteira com o Brasil. Este é o nono maior país, sétimo mais populoso e sétima maior economia sul-americana (Index Mundi, 2009). As relações com o Brasil primam pela cooperação e amizade, fruto da mediação brasileira no acordo de paz entre Peru e Equador, em 1981. O comércio bilateral (USD 920 milhões em 2008) colocou o Brasil como um dos seus maiores fornecedores de bens e serviços. Em 1995 assinaram um protocolo para a construção do eixo hidro-rodoviário Manta-Manaus que permite o acesso ao Pacífico. O Equador associou-se ao MERCOSUL em 2004 e apoia o Brasil na reforma da ONU, no G-20 e em outros organismos internacionais. Em 2008, surgiram atritos entre os dois países, motivados por uma possível fraude da Odebrecht na construção de uma central hidroeléctrica. O embargo dos seus bens e a ameaça de não pagar o financiamento do BNDES levaram à retirada do embaixador brasileiro de Quito. A situação, que se estendeu à actividade da Petrobras, foi sanada recentemente (MRE, 2009).

(7) Brasil - Bolívia

A República da Bolívia situa-se entre Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil com o qual divide a sua maior fronteira, de 3 423km. Este é o quarto maior país em território, o oitavo mais populoso e a oitava maior economia sul-americana (Index Mundi, 2009). Bolívia e Paraguai são os dois países sul-americanos que não têm saída para o mar. Em 1903, o Brasil anexou o território do Acre, motivo de disputa entre os dois países, pelo pagamento de uma avultada indemnização no Tratado de Petrópolis. Desde então as suas relações são de cooperação nas áreas de integração física, transportes, energia e cultura. Os



os investimentos da Petrobras e a construção de um gasoduto entre os dois, elevaram esta relação a uma parceria estratégica. A Bolívia associou-se ao MERCOSUL em 1996 e apoia o Brasil na reforma da ONU e no G-20. O Brasil é o seu segundo parceiro comercial, após os EUA. Em 2006 a nacionalização dos recursos naturais por Evo Morales, provocou a consternação brasileira, devido à sua dependência do gás boliviano (90% do consumido no país) e alguma tensão (MRE, 2009). A interdependência entre os dois países falou mais alto, apesar da queda no comércio bilateral (USD 2 451 milhões, 2008) (Trade Net, 2009).

(8) Brasil - Paraguai

A República do Paraguai está delimitada a norte pela Bolívia, a oeste e a sul pela Argentina e a leste pelo Brasil, com que divide uma fronteira de 1 366km assente no rio Paraná e no Pantanal. A antiga Província Gigante das Índias é o oitavo maior país em área, nono em população e décima maior economia sul-americana (Index Mundi, 2009). As primeiras relações entre os dois países foram de rivalidade e conflito. Em 1864, a invasão do Mato Grosso e da província argentina de Corrientes, iniciou a Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai. Ao perder, o país foi ocupado pelos brasileiros e ficou sem litoral. Em 1872 assinam o Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua. A concessão de facilidades portuárias e a construção de Itaipu (1975-1991) colocaram o Brasil como seu principal parceiro. Este passou a segundo maior destino para as exportações brasileiras (USD 2 100 milhões em 2007). Membro fundador do MERCOSUL e apoiante do Brasil no G-20, o Paraguai denunciou o tratado da criação de Itaipu em 2007, pretendendo maiores benefícios. Esta questão aguarda desfecho e fez tremer as relações bilaterais (MRE, 2009).

(9) Brasil - Chile

A República do Chile ocupa uma longa faixa da costa Sudoeste e está delimitada a norte pelo Peru e a oeste pela Bolívia e Argentina. É o sétimo maior país em área, sexto em população e a quinta economia sul-americana (Index Mundi, 2009). Após grande instabilidade no país com revoluções, ditaduras, golpes de estado e um regime militar, associa-se ao MERCOSUL em 1996. Membro da APEC desde 1998 e apoiante da ALCA tem como parceiros comerciais a China, EUA, Japão e Brasil. Desde 1836 que as relações com o Brasil são de cooperação no sector económico, serviços e agro-indústria. Existe ainda uma cooperação técnico-militar e intercâmbio entre as duas FFAA. A balança comercial entre ambos (USD 8, 9 milhões em 2008) recai ligeiramente para o Brasil. No âmbito da IIRSA, Brasil, Chile e Bolívia acordaram na criação do Corredor Interoceânico que liga os três por estrada, rio e mar. A participação chilena no G-20, na MINUSTAH e o seu apoio ao Brasil na ONU, são apanágio da sintonia entre ambos (MRE, 2009).



(10) Brasil - Uruguai

A República Oriental do Uruguai está delimitada a oeste pela Argentina e a norte e nordeste pelo Brasil, com o qual tem uma fronteira de 1 069km. Penúltimo país em território e população é a nona economia sul-americana (Index Mundi, 2009). A Província Oriental do Rio da Prata foi anexa por Portugal em 1821, passando a Província Cisplatina. Em 1825, com o apoio da futura Argentina inicia-se a Guerra da Cisplatina contra o recém-nascido Brasil. Em 1828, é criado o Uruguai como estado independente. Este recebe o apoio do Brasil na Guerra do Prata (1851-1852) contra a Argentina e na Questão Uruguaiana (1864), reunindo-se os três contra o Paraguai no maior conflito sul-americano, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Apesar de um longo período ditatorial e de instabilidade interna, a cooperação entre Brasil e Uruguai nunca foi interrompida. Esta visa o desenvolvimento integrado da região fronteiriça, a protecção ambiental de rios e bacias fluviais e o apoio nas áreas agropecuária e automóvel, entre outras. Membro fundador do MERCOSUL e do G-20, o Uruguai apoia o Brasil nas suas iniciativas (MRE, 2009). As trocas comerciais bilaterais atingiram os USD 2 400 milhões em 2008 (MDIC, 2008).

(11) Brasil - Argentina

A República Argentina está limitada a norte pela Bolívia e Paraguai, a oeste pelo Chile e a nordeste pelo Uruguai e Brasil, com que divide uma fronteira de 1 261km. A antiga união das Províncias do Rio da Prata é o segundo maior país em área, o terceiro mais populoso e a segunda maior economia sul-americana (Index Mundi, 2009). As relações bilaterais entre estes dois países foram quase sempre de rivalidade. Esta é herança colonial da disputa entre Portugal e Espanha pelo Rio da Prata. Os seus capítulos mais importantes ocorreram na Guerra Cisplatina e na Guerra do Prata. O controlo das águas no Itaipu, a corrida ao armamento no sector naval e no nuclear e a disputa pela hegemonia regional são os mais recentes. A cooperação bilateral tem prevalecido nas últimas décadas, sem no entanto eliminar a rivalidade. A aliança contra o Paraguai, os acordos para construção de infra-estruturas hidroeléctricas, o comércio bilateral (USD 31 000 milhões em 2008) onde ambos são a sua prioridade sul-americana e a criação do MERCOSUL, são prova do seu desejo em unir forças para o desenvolvimento económico. Atendendo à importância dada por ambos a esta relação especial e ao seu âmbito de integração regional, esta vai além da aliança estratégica, é uma relação em eixo (Cervo, 2008: 207-214). É não só um projecto estratégico de inserção regional, mas também internacional, da América do Sul. Como membro do G-20 e apesar de ainda manter o seu desejo de hegemonia na região, a Argentina apoia o Brasil na reforma da ONU (MRE, 2009).



b. Relações de âmbito mundial

Na sua política externa mais abrangente, o Brasil tem adoptado uma postura de *global player* e ao mesmo tempo de *global trader* (Faria, 2003: 4). Além da importância que a superpotência do Norte continua a ter, os países emergentes e os blocos económicos como a UE, passaram a constar da sua agenda de afirmação global.

(1) Brasil - EUA

Os EUA são o terceiro maior país do mundo em território e população e a segunda maior economia mundial (Index Mundi, 2009). A expansão e formação destes dois países têm muito em comum. As suas relações bilaterais iniciaram-se em 1828 e traduzem-se numa parceria estratégica que tem sofrido algumas inflexões (Cervo, 2008: 220).

Desde 1840, ano em que a Europa fechou portas aos produtos agrícolas brasileiros, que os EUA passaram a ser o principal destino das exportações brasileiras. Esta relação comercial e política, descrita como a “aliança não escrita”, interessava mais ao Brasil que aos EUA, que a viam apenas como económica (Cervo, 2008: 226). Fazendo uma retrospectiva desta relação, as posições do Brasil foram alternando entre: o alinhamento com subserviência, pelo seu apoio à criação da liga das Nações e da ONU; a rivalidade emergente, com a pretensa intervenção dos EUA na Colômbia e na Amazônia; a soberania com autonomia decisória, com as exportações brasileiras a competir no mercado norte-americano; e as relações perigosas, pela posição dos EUA a partir de 2001. A intervenção no Iraque vista como ilegal pelo Brasil, as restrições à entrada nos EUA e a sua crítica à política do Brasil na OMC, revelam esse carácter perigoso (Bandeira, 2005: 111- 121).

Fruto do seu desejo de hegemonia regional e de se afirmar no mundo, o Brasil têm-se colocado em campos opostos aos EUA. Pelo MERCOSUL ele opôs-se à criação da ALCA e como representante do G-20 evitou que os norte-americanos impusessem as suas condições na OMC (Cervo, 2008: 236). Por outro lado, os memorandos de entendimento nos biocombustíveis (Seelke, 2007: 13) e as trocas comerciais (USD 43 787 milhões em 2007), colocam-no como segundo maior destino das exportações brasileiras (MRE, 2009).

(2) Brasil – UE

A UE constitui-se como um bloco político e económico ímpar na história universal. O Euro e a política económica europeia levaram o sétimo maior território e terceiro em população, a ser a maior economia mundial (Index Mundi, 2009). A sua parceria estratégica com o Brasil assenta numa base social, de dimensões étnicas e culturais, e económica, visando o desenvolvimento. Na primeira salientam-se as contribuições de Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, no aspecto étnico e a Inglaterra e a França, no cultural. Na



segunda destacam-se os empreendimentos ingleses, portugueses e espanhóis, além do efectuado por países como Holanda, Suécia e Noruega, entre outros (Cervo, 2008: 242).

Dos Estados europeus e do seu relacionamento com o Brasil, destacam-se: a Alemanha, cujos objectivos eram a expansão da economia e a competição com os EUA; a Itália, Holanda e Suécia, com grandes investimentos no mercado brasileiro; a Inglaterra, presente no século XIX e que voltou a investir; a França afastada durante anos, reforçou a sua parceria estratégica com acordos na área da defesa e das tecnologias; e a Espanha, que aproveitou a afinidade cultural e étnica para instalar-se (Cervo 2008: 248-251).

Portugal que durante anos se manteve distante, fez a sua opção económica pelo Brasil ao internacionalizar empresas como a Electricidade de Portugal (EDP), a Portugal TELECOM ou a Caixa Geral de Depósitos em 1996. O Brasil, que sempre apoiou Portugal sem defender os interesses do mesmo (independência de Angola) passou a quinto maior destino dos investimentos portugueses (Moura, 2004: 84). Os laços da língua e da cultura desta parceria estratégica beneficiam a cooperação entre MERCOSUL e UE e a ligação com África, através da sua participação na CPLP, onde o Atlântico Sul é a ponte.

No acordo MERCOSUL-UE, os interesses do primeiro são no sector agro-pecuário, na exportação de carne bovina, suína e de frango. Os do segundo são as facilidades nos investimentos financeiros e públicos e telecomunicações. Tal em Doha, este mantém-se num impasse, apesar de a UE ser o principal mercado brasileiro (Cervo, 2008: 255).

(3) Brasil - Rússia

A Federação Russa é o maior país do mundo em território e o oitavo em população, sendo a oitava economia mundial (Index Mundi, 2009). As suas relações bilaterais, restabelecidas em 1961, só nos governos de Putin e Lula, alcançaram a parceria estratégica.

O desejo da Rússia voltar a um lugar de destaque no SPI tem o apoio do Brasil, pois ambos vêem o mundo como multipolar, onde o poder dos EUA se vem atenuando. As linhas de acção desta relação baseiam-se no sector comercial e no industrial. A primeira verifica-se na iniciativa empresarial e na venda de produtos industriais e agrícolas nos mercados do leste europeu. A segunda aponta para a cooperação industrial nos sectores aeronáutico, aeroespacial, nuclear e militar, com a Rússia a mostrar-se disposta a transferir tecnologia ao propor-se para o concurso de modernização da FAB (MRE, 2009).

A Rússia vê no Brasil uma potência em ascensão e um bom parceiro no grupo dos BRIC. Além da convergência de interesses e de benefícios nas trocas comerciais (USD 5 000 milhões em 2008), o seu consenso sobre a intervenção dos EUA no Iraque e no mundo, levaram a Rússia a apoiar o Brasil na reforma da ONU (Cervo, 2008: 269).



(4) Brasil – Japão

O Japão é o 61º maior país do mundo, o 11º mais populoso e a quarta economia do mundo (Index Mundi, 2009). Esta monarquia parlamentarista obteve tal poder económico pelo desenvolvimento científico-tecnológico. As relações com o Brasil iniciaram-se em 1895 e foram reatadas após a II Guerra Mundial com o estabelecimento de uma parceria estratégica, que se estende à sua candidatura conjunta ao CS da ONU, pelo G4.

Factores internos que unem étnica e culturalmente os dois povos, como a existência de uma grande colónia de japoneses no Brasil, garantiram condições propícias para esta parceria. Mas enquanto o comércio bilateral perdurou, a permuta de tecnologia e conhecimentos foi reduzida. Devido ao declínio do comércio e dos investimentos bilaterais nos anos 1980, Lula da Silva visitou o Japão em 2005, de forma a encontrar pontos de convergência para relançar esta parceria (Cervo, 2008: 276). O resultado foi um incremento das trocas comerciais (USD 6 150 milhões em 2008), com benefício para o Japão, e acordos e investimentos em tecnologia e na área das patentes (MDIC, 2009).

(5) Brasil - China

A República Popular da China é o terceiro maior país e o mais populoso, sendo a terceira maior economia mundial (Index Mundi, 2009). Até 1980, as relações bilaterais com o Brasil foram irrelevantes, ocasionais e incipientes, devido á diferença de ideologias.

Os seus percursos históricos revelam dois grandes países com capacidade para se afirmar no mundo e as suas relações de cooperação assentam em três áreas: num forte comércio bilateral, com a importação de produtos alimentícios e matérias-primas do Brasil para saciar a população e a indústria em crescimento acelerado, exportando manufacturados; na cooperação tecnológica, desenvolvendo satélites para fins ambientais; e nos investimentos externos, onde a China procura infra-estruturas que lhe garantam produtos agrícolas e matérias-primas e o Brasil busca baixos custos de produção (Cervo, 2008: 278-284). Apesar de a China ter retirado o seu apoio ao Brasil na ONU, este no âmbito dos BRIC, deseja aumentar as trocas comerciais nesta parceria em ascensão (USD 36 400 milhões em 2008), podendo até colocá-la como prioridade este ano (Maron, 2009).

(6) Brasil - Índia

A República da Índia é oitavo maior país do mundo, o segundo mais populoso e a quinta maior economia (Index Mundi, 2009). Os desafios económicos e sociais da Índia e do Brasil apontam no mesmo sentido e sugerem a sua aproximação.

As suas relações de cooperação, iniciadas em 1968 e que nunca foram relevantes, tomaram novas proporções com a criação do Fórum de Diálogo G3 - IBAS em 2003. Este



local de convergência de interesses políticos, estratégicos e económicos e de integração Sul-Sul, permitiu o aumento das trocas comerciais (USD 1 000 milhões em 2004, para USD 4 700 milhões em 2008) e da exportação de equipamentos eléctricos, petróleo, biocombustíveis e derivados brasileiros (Maron, 2009).

No âmbito da ONU e da OMC, eles concentraram esforços para que os interesses dos países emergentes fossem escutados. O combate à fome e às doenças, o incentivo à agricultura, aos biocombustíveis e à sociedade da informação, são outros pontos em comum. Dos BRIC, a Índia é o com menor balança comercial bilateral (Cervo, 2008: 285).

(7) Brasil - Médio Oriente

As relações do Brasil com a Liga dos Estados Árabes, o Iraque e o Irão nos anos 80, colocaram-nos como principais destinatários da IDB (Dellagnezze, 2008: 39).

Para reanimar a sua ligação a países como Arábia Saudita, Kuwait e Qatar, foi promovida em 2005, a primeira reunião de dirigentes sul-americanos e árabes. Esta tentativa de aproximação incluiu uma dimensão económica e outra política. Na primeira, assinaram-se acordos na área do comércio e investimentos de empresas brasileiras. Na segunda, firmaram-se acordos para uma futura área de comércio livre entre MERCOSUL, Egito e Marrocos (Cervo, 2008: 291). Os resultados foram positivos, alcançando os USD 9 800 milhões em 2008, sendo os produtos alimentares a prioridade (Máximo, 2009).

(8) Brasil - África

As relações do Brasil com África assentam não só em raízes culturais e étnicas, mas no espaço de cooperação regional que é o Atlântico Sul. Iniciadas após o processo de descolonização, elas evidenciaram o Brasil como alternativa às ex-potências colonizadoras e como potência regional influente entre os países em desenvolvimento (Penha, 2000).

A exportação de manufacturados para o mercado africano, a criação de programas de desenvolvimento social como o África-Brasil e a cooperação na educação através de bolsas de estudo, demonstram o interesse brasileiro nesta cooperação. A criação da ZOPACAS e o diálogo entre os vários organismos e fóruns regionais, como a União Africana, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o MERCOSUL e até a CPLP, contribuíram para a redução de conflitos e para o aumento em 321,3% do comércio bilateral de 2003 a 2006 (Trade Net, 2009).

A parceria estratégica e o diálogo com a África do Sul pelo IBAS, a primeira cúpula África-América do Sul em 2006, na Nigéria e os investimentos em Angola e Moçambique, além da convergência dos seus esforços na OMC e na ONU, fazem destes países a prioridade brasileira no seu relacionamento Sul-Sul (Cervo, 2008: 297).



c. Síntese conclusiva

Da análise que efectuamos às relações bilaterais e multilaterais do Brasil, quer no âmbito regional, quer mundial, retiramos as seguintes elações:

No contexto regional, o Brasil relaciona-se com todos os países sul-americanos, procurando manter um clima de harmonia e cooperação e alcançar a sua integração política, económica, física e social. A política e económica, através de organismos de integração e cooperação regionais, como o MERCOSUL e a UNASUL (ou até a ALADI, no contexto latino-americano). A física e social, pelos acordos bilaterais, projectos comuns de integração física e desenvolvimento social como a IIRSA e investimentos directos.

Da comparação aos acordos e ao volume de comércio bilaterais e às posições assumidas pelos países nos organismos regionais e internacionais, verificamos que a Argentina, a Venezuela, a Bolívia, o Uruguai, o Paraguai e o Chile, são os países vizinhos, mais importantes para o Brasil. Apesar das situações de tensão ocorridas recentemente, o Brasil, pelo pragmatismo e tradição da sua política externa, soube dirimir os mesmos.

No contexto mundial, comparando os parâmetros referidos e dentro daqueles que conseguimos analisar, verificamos que os EUA, continuam a ser a prioridade do Brasil. Apesar do afastamento a que o Brasil o sujeitou, pela sua afirmação como potência hegemónica da América do Sul e na sua progressão como grande potência mundial, o relacionamento com a superpotência continua a ser prioritário.

A UE surge como segunda prioridade, apesar de ser a primeira em termos económicos, destacando-se nesta as relações com a França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Holanda, Suécia, Portugal e Espanha. No conjunto dos outros países analisados, as prioridades brasileiras vão para o Japão, Rússia, China e Índia. O relacionamento com os países africanos, ao servirem como plataforma de afirmação regional, surge nesta posição, destacando-se a África do Sul, Angola e a Nigéria, entre outros. Os países do Médio Oriente, apesar da sua crescente importância nos negócios da IDB, surgem como menor prioridade, destacando-se a Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Egipto e Marrocos.

Como conclusão da análise efectuada neste capítulo, consideramos validada a H3 - Os países da América do Sul, os EUA, a União Europeia (UE), o Japão e os restantes BRIC, são os actores mais importantes para o Brasil, na sua afirmação como actor proeminente do SPI. A sua validação permite responder à QD 3 - Que actores do SPI são mais importantes para o Brasil na sua afirmação como actor proeminente do SPI?



5. Conclusões

O objectivo a que nos propusemos neste trabalho foi analisar a realidade geopolítica e geoestratégica do Brasil e constatar da sua capacidade em influenciar a actual conjuntura internacional. Com esse pressuposto e como fio condutor de toda a investigação, equacionamos a seguinte questão central: **De que forma o Brasil se pretende afirmar como um actor proeminente do Sistema Político Internacional?**

A partir da sua enunciação e desejando obter uma resposta para a mesma, elegemos três questões derivadas, às quais associamos três hipóteses de trabalho como respostas orientadoras. Para validar essas hipóteses desenvolvemos a nossa investigação apoiando-a na revisão de literatura e em entrevistas a entidades, cuja experiência profissional e pessoal contribuíram para o esclarecimento da temática em estudo. Toda a informação recolhida foi devidamente organizada e analisada ao longo de cinco capítulos.

No final do segundo, terceiro e quarto capítulos, foram validadas as hipóteses levantadas, que responderam às respectivas questões derivadas e de onde decorrem as seguintes **conclusões**:

- O Brasil, pela influência dos seus factores geopolíticos e geoestratégicos (dimensão e posição geográfica, população, recursos naturais e nível de desenvolvimento económico, científico e tecnológico), possui os atributos de poder essenciais ao seu reconhecimento como a potência regional sul-americana e como grande potência a médio prazo (2020 a 2030). Para que tal suceda, é essencial que as vulnerabilidades existentes sejam colmatadas e que as previsões nesse sentido se concretizem.

- Através da sua sólida política económica, o Brasil revela capacidade para reduzir, e até resolver a médio prazo (2020 a 2030), os seus graves problemas internos. Os vários programas governamentais de apoio ao desenvolvimento social, económico e físico do País têm sido bem sucedidos. Por outro lado, sendo a décima economia mundial, pelas suas reservas e pelos enormes investimentos no exterior, prova estar apta a superar situações similares às que outrora a afastaram dos seus intentos de hegemonia. Ao nível regional, a sua política económica confere-lhe preponderância no MERCOSUL. Do mesmo modo, o peso da sua economia permitiu-lhe influenciar as decisões nas organizações mundiais como a OMC, através das coligações anti-hegemónicas a que se associou como o G-20.

- Nas relações internacionais, a sua diplomacia multilateral e pragmática, em apoio mútuo com o seu comércio externo global, procuram colocar o país em destaque nos principais centros de decisão. No âmbito regional, o Brasil pode ser considerado como líder natural no MERCOSUL e nos mecanismos de integração política, económica, física e



social sul-americana como o IIRSA. No contexto mundial, ao assumir o papel de interlocutor dos países emergentes e ao contestar a hegemonia dos EUA no continente americano e no comércio mundial, o Brasil surge como um actor preponderante e credível.

- Pelo incremento da capacidade de emprego e influência dos seus meios de defesa, o Brasil pretende salvaguardar o seu carácter geoestratégico misto, os seus imensos recursos naturais e a sua autonomia regional face aos EUA. A integridade territorial, o combate às recentes ameaças (narcotráfico e crime organizado, entre outros), a capacidade de dissuasão e a projecção do Brasil, no Atlântico Sul e no mundo, serão assim alcançadas. A continuidade desta política de defesa, apoiada na vontade nacional e na sua capacidade económica, garantirá a dimensão estratégica que o Brasil deseja ver reconhecida.

- Pela sua política externa, de carácter realista e pragmática, o Brasil procura nas suas relações de reciprocidade, o cálculo positivo dos interesses da nação. Deste modo, as prioridades do Brasil nas relações internacionais, direccionam-se para os seus vizinhos e para o reforço da América do Sul como centro de poder. A partir da integração e do desenvolvimento sul-americano, o Brasil projecta-se no mundo, sendo os seus parceiros principais, os EUA, a UE, o Japão, os restantes BRIC, a África e o Médio Oriente.

Pela análise efectuada ao longo de toda a nossa investigação, julgamos estar aptos a **responder à nossa questão central:**

O Brasil pretende afirmar-se como actor proeminente no Sistema Político Internacional, apoiando-se nos seus factores conjunturais (políticos, económicos e militares) e especialmente nas suas relações externas, de modo a ser reconhecido, naturalmente e sem grandes contrariedades, como a potência regional sul-americana.

A partir daquela plataforma e do reforço da sua importância na região, ele projecta-se como actor global, procurando obter dividendos na interacção com os seus parceiros, que lhe permitam ascender ao patamar das grandes potências mundiais.

Os problemas políticos, económicos e sociais da região sul-americana e os que podem afectar particularmente as pretensões do Brasil, têm vindo a ser atenuados e combatidos de forma cuidada, objectiva e integrada. O combate às ameaças comuns no panorama da segurança e defesa e o sucesso nos sectores económico e diplomático concorrerão definitivamente para o desenvolvimento sustentado da região.

Podemos assim afirmar que, tendo consciência do seu potencial na região e no mundo, o «gigante» sul-americano acordou definitivamente e procura assumir de forma natural e sem antagonismos, o papel de líder da América do Sul e o de futura grande potência no jogo de poderes mundial.



Referências Bibliográficas

Livros

ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de (1994). *Ensaios de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.

AMARAL, João Ferreira do (1996). *Política económica - Metodologia, concepções e instrumentos de actuação*, Lisboa: Editora Cosmos.

BONIFACE, Pascal (2008). *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.

CASTRO, Therezinha de (1986). *Retrato do Brasil. Atlas-Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

CERVO, Amado Luiz (2008). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva.

CORREIA, Pedro de Pizarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Volume I*. Coimbra: Quarteto Editora.

COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia. Volume 1*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

DEFARGES, Philippe Moreau (2003). *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva - Publicações L.^{da}.

FREITAS, Jorge M. Costa (1999). *A Escola Geopolítica Brasileira*. Lisboa: ISCSP.

IBGE (2001). *Tendências Demográficas - Uma análise dos resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. Informação Demográfica e Socioeconómica número 6*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IESM (2007a). *Manual Escolar ME 71-00-08 - Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

MATTOS, General Carlos de Meira (1990). *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MEC (2005). *Geografia. Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro. Coleção explorando o ensino, Volume 8*. Brasília: Ministério da Educação (MEC).



MEC (2006). *História. Ensino Fundamental e Ensino Médio - A importância do mar na história do Brasil. Coleção Explorando o Ensino, Volume 13*. Brasília: MEC.

MOREIRA, Adriano (1999). *Teoria das Relações Internacionais. 3ª Edição*. Coimbra: Livraria Almedina.

NYE, Jr., Joseph S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História. 1ª Edição*. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.

SANTOS, Victor Marques dos (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico - Analítico*. Lisboa: ISCSP.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto, FARAGO, Luiz António (2003). *Minimanual compacto de geografia do Brasil: teoria e prática. 1ª Edição*. São Paulo: Editora Rideel.

Contribuições em monografias

MOURA, Joaquim Pina (2004). *Brasil. A nova prioridade da política externa (1996-2001)*. in *As políticas exteriores de Brasil e Portugal: visões comparadas*. pp 79-85. Lisboa: ISCSP.

SAHNI, Varun. (2007). *A Índia emergente: rejeitar a região, alcançar o Mundo?* in *Relações Internacionais* n° 15, pp 21 - 34. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.

Documentos electrónicos

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2000). *Relações internacionais do Brasil. Estudo de síntese sobre os primeiros 500 anos*. [em linha]. Impulso: revista de ciências sociais e humanas. Volume 12. São Paulo: UNIMEP. [referência de 14Jan09]. Disponível na internet em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp27art02.pdf>>

ALVARENGA, Augusta Thereza de, SCHOR, Néia (1998). *Contracepção feminina e política pública no Brasil: pontos e contrapontos da proposta oficial*. [em linha]. *Revista Saúde e Sociedade* n° 1. Jan-Jul 1998, pp 87-110. São Paulo: Universidade de São Paulo. [referência de 4Dez08]. Disponível na internet em: <http://apsp.org.br/saudesociedade/VII_1/05.pdf>

BANDEIRA, Luiz A. Moniz (2005). *Política exterior do Brasil - de FHC a Lula*. [em linha]. *Projecto História - Américas*, n° 31, Dez2005. [referência de 8Dez08]. Pontifícia



Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, pp 109-130. Disponível na internet em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/Projeto_Historia31.pdf>

BURASLAN, Professor (2008). *História do Brasil – Resumo*. [em linha]. Macapá: Colégio Santa Bartolomea Capitanio. [referência de 28Dez08]. Disponível na internet em: <http://www.bartolomea.com.br/frames/downloads/Historia_brasil_colonia_BURASLAN_1_ANO.pdf>

CONAB (2008). *Brazil's agriculture outlook*. [em linha]. Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 20 de Fevereiro de 2008. [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/MHFBRAZILsAGRICULTUREOUTLOOK%201.pdf>>

COSTA, Thomaz Guedes da (1994). *Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil*. [em linha]. Revista Brasileira de Política Internacional nº 37. pp 106-120. [referência de 07Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.scribd.com/doc/7393309/Politica-de-Defesa-E-O-Caso-Do-Brasil>>

COSTA, Sérgio P. Muniz (2008). *Missões de Paz*. [em linha]. Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa. [referência de 21Dez2008]. Disponível na internet em: <http://www.rbjid.com/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=37>

DELLAGNEZZE, René (2008). *200 anos da indústria de defesa no Brasil*. [em linha]. Universidade Federal de Juiz de Fora. [referência de 22Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf>>

EIA (2008). *Country Analysis Briefs - Brazil*. [em linha]. Energy Information Administration (EIA). [referência de 22Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.eia.doe.gov/cabs/Brazil/pdf.pdf>>

FARIA, Carlos A. Pimenta de (2003). *A Política Externa brasileira e a América do Sul. Da fase retórica dos anos FHC ao pragmatismo neodesenvolvimentista do Governo Lula*. [em linha]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [referência de 18Fev2009]. Disponível na internet em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060209101640.pdf?PHPSESSID=3b01a39e7ee2558ebe0c06f61bd765b4>



GODOY, Roberto (2008). *Acordo pode firmar Brasil como potência, diz analista*. [em linha]. Jornal Estadão on-line. 14Fev2008. [referência de 22Dez2008]. Disponível na internet em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080214/not_imp124389.0.php>

GRATIUS, Susanne, SOUSA, Sarah-Lea John de (2007). *Brasil: Inseguridad en Democracia*. [em linha]. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE). [referência de 10Fev2009]. Disponível na internet em: <http://www.fride.org/descarga/COM_Brasil_InseDemo_ESPjul07.pdf>

HAASS, Richard N. (2008). *The Age of Nonpolarity - What Will Follow U.S. Dominance*. [em linha]. Foreign Affairs Magazine. Maio/Junho 2008. [referência de 03Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.foreignaffairs.org/20080501faessay87304/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity.html>>

IBRAM (2009). *Produção Mineral Brasil*. [em linha]. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). [referência de 06Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00000105.pdf>>

KLAUSING, André Lemos (2006). *Brasil 2006: A política externa brasileira na campanha presidencial*. [em linha]. PUC Minas. 10Nov2006. [referência de 06Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20061122083913.pdf?PHPSESSID=15e99d1fba6856871080102f261f8e69>

LEAL, Ana C. Mendes (2003). *A OMC e o Doha Round - novo paradigma e novas alianças*. [em linha]. Informação Internacional. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR). [referência de 05Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2003_II_VI1.pdf>

LEAL, Ana C. Mendes (2004). *Brasil: alinhamentos e interesses recentes*. [em linha]. Informação Internacional, Volume I. MAOTDR. [referência de 11Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2004_I_IV1.pdf>

MARTINS, Eliane M. Octaviano (2008). *Amazônia Azul: Brasil poderá ser o primeiro país autorizado pela ONU a aumentar os limites da Plataforma Continental*. [em linha]. [referência de 06Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/dir_maritimo/artigos/amazonia_azul.pdf>



PODER NAVAL (2008). *Para Lula, Brasil será potência regional após acordo com a França*. [em linha]. Poder Naval. 26 de Dezembro de 2008. [referência de 28Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.naval.com.br/blog/?p=2793>>

NÉRI, Marcelo Cortes (2008). *A nova classe média*. [em linha]. Fundação Getúlio Vargas. [referência de 19Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.fgv.br/cps/classemedia/>>

NETO, Manoel G. Pereira (2008). *Negociações de Doha: os desafios para o Brasil e o Mundo*. [em linha]. Centro de Estudos das Negociações Internacionais da Universidade de São Paulo. [referência de 23Dez2008]. Disponível na internet em: <http://caeni.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=>

NIC (2004). *Mapping the global future. Report of the NIC's 2020 Project*. [em linha]. Washington: National Intelligence Council (NIC). [referência de 11Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>>

NOGUEIRA, Joana L. Marinho (2007). *Política externa brasileira: alguns fatos dos 1805 dias do governo Lula*. [em linha]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [referência de 13Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20071219104739.pdf?PHPSESSID=8737309bff60eede5fa975bb2e5dd367>

PAC (2009). *Balanço do PAC - 2 anos*. [em linha]. República Federativa do Brasil [referência de 10Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/pac2anos_apresenta.pdf>

PNUD (2007). *Brasil entra no grupo de países de Alto Desenvolvimento Humano. Nota de imprensa de 27 Novembro de 2007*. [em linha]. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). [referência de 28Dez2008]. Disponível na internet em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/release_idh.pdf>

PR (2007). *Relatório Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. [em linha]. Presidência da República (PR). [referência de 05Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>>

RECH, Marcelo (2007). *A Frente Internacional das FARC e a fronteira brasileira*. [em linha]. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. [referência de 10Dez2008]. Disponível na internet em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=461>



PENHA, Eli Alves (2000). *Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica*. [em linha]. X Congresso Internacional Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização. Rio de Janeiro. [referência de 15Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/alves.rtf>>

SCHILLING, Voltaire (2008). *Partidos Políticos no Brasil*. [em linha]. Terra Educação. [referência de 27Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/003.htm>>

SEELKE, Clare Ribando, YACOBUCCI, Brent D. (2007). *Ethanol and other biofuels: potential for U.S.-Brazil energy cooperation*. [em linha]. Congressional Research Service report for congress. [referência de 27Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.nationalaglawcenter.org/assets/crs/RL34191.pdf>>

SENHORAS, Eloi Martins, CARVALHO, Patrícia Nasser de (2007). *Policymaking brasileiro em segurança e defesa. Um ensaio sobre a agenda de formulação, atores e variáveis envolvidas*. [em linha]. I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=eloi>>

TYTI, Professor (2008). *A formação dos blocos económicos e suas particularidades nos contextos regional e global*. [em linha]. Macapá: Colégio Santa Bartolomea Capitania. [referência de 28Dez08]. Disponível na internet em: <http://www.bartolomea.com.br/frames/downloads/a_formacao_dos_blocos_economicos.pdf>

VARAS, Augusto (2008). *Brasil en Sudamérica: de la indiferencia a la hegemonia*. [em linha]. FRIDE. [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.fride.org/descarga/COM_Brasil_sudamerica_ESP_may08.pdf>

WB (2009). *Brazil at a Glance*. [em linha]. World Bank (WB). [referência de 20Jan2009]. Disponível na internet em: <http://devdata.worldbank.org/AAG/bra_aag.pdf>

WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa (2003). *Dreaming With BRICs: The Path to 2050*. [em linha]. Global Economics Paper N° 99. New York: Goldman, Sachs & Co. [referência de 27Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>>

ZIBECHI, Raúl (2006). *Brazil and the difficult path to multilateralism*. [em linha]. IRC Americas Program Special Report. Silver City: International Relations Center Americas. [referência de 28Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://americas.irc-online.org/pdf/reports/0603BrazilMultilateralism.pdf>>



Enciclopédias

DICIOPÉDIA (2003). *Dicionário Multimédia 2003*. Porto: Porto Editora Multimédia.

Legislação e outros documentos oficiais

RFB (1988). *Constituição Federal*. República Federativa do Brasil (RFB).

RFB (2004). *Lei Complementar Nº 117, de 2 de Setembro de 2004*. República Federativa do Brasil.

RFB (2005). *Política de Defesa Nacional (PDN). Decreto nº 5484, de 3 de Junho de 2005*. República Federativa do Brasil.

RFB (2008). *Estratégia Nacional de Defesa (END). Decreto Nº 6703, de 18 de Dezembro de 2008*. República Federativa do Brasil.

Sítios na Internet

ABRAGE (2008). *Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia (ABRAGE). Parque Gerador*. [em linha]. [referência de 18Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.abrage.com.br/>>

AEB (2009). *Agência Espacial Brasileira (AEB)*. [em linha]. [referência de 03Jan2009]. Disponível na internet em: <www.aeb.gov.br/>

ALCA (2009). *Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)*. [em linha]. [referência de 29Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.ftaa-alca.org/ALCA_P.ASP>

ANAC (2008). *Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)*. [em linha]. [referência de 18Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.anac.gov.br/>>

ANTAQ (2008). *Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)*. [em linha]. [referência de 21Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>>

ANATEL (2008). *Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)*. [em linha]. [referência de 21 de Dezembro de 2008]. Disponível na internet em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do#>>

ANJ (2008). *Associação Nacional de Jornais (ANJ)*. [em linha]. [referência de 30 de Dezembro de 2008]. Disponível na internet em: <<http://www.anj.org.br/>>



ANTT (2008). *Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)*. [em linha]. [referência de 20Dez08]. Disponível na internet em: <<http://www.antt.gov.br/default.asp>>

CIA (2008). *The World Factbook - Brasil*. [em linha]. [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/print/br.html>>

DB (2009). *Defesa Brasil*. [em linha]. [referência de 02Mar2009]. Disponível na internet em: <<http://defesabrasil.com/site/>>

ECONOMIST, The (2009). *Country Briefings-Brazil*. [em linha]. London: The Economist Newspaper Limited. [referência de 12Fev2009]. Disponível na internet em: <<http://www.economist.com/countries/Brazil/>>

EMBRAER (2009). *Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.(Embraer)*. [em linha]. [referência de 05Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.embraer.com.br/portugues/content/home/>>

FAO (2009). *Special programme for food security. Success stories - Brazil*. [em linha]. in Food and Agriculture Organization (FAO). [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/success-npfs/brazil/en/>>

HOUSE, Freedom (2009). *Worst of the worst. The World's most repressive societies 2009*. [em linha]. in Freedom House, Março 2009. [referência de 10Mar2009]. Disponível na internet em: <<http://www.freedomhouse.org/uploads/WoW09/WOW%202009.pdf>>

IBGE (2008). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. [em linha]. [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

INPE (2009). *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)*. [em linha]. [referência de 05Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.cbets.inpe.br/>>

MAPA (2009). *Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos*. [em linha]. in Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>

MARON, Renata (2009). *Brasil quer fortalecer relações com Índia, China e Rússia*. [em linha]. in Canal Rural. São Paulo. Março 2009. [referência de 10Mar2009]. Disponível na internet em: <<http://www.canalrural.com.br/canalrural/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2486002§ion=capa>>



MÁXIMO, Wellton (2009). *Agricultores brasileiros expõem alimentos no Oriente Médio*. [em linha]. Agência Brasil. 23Fev2009. [referência de 05Mar2009]. Disponível na internet em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/02/23/materia.2009-0223.2166486326/view>>

MD (2009). Ministério da Defesa (MD). [referência de 08Jan2009]. Disponível na internet em: <<https://www.defesa.gov.br/>>

MDIC (2008). *Reunião de comércio Brasil-Uruguai é realizada em Brasília*. [em linha]. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). [referência de 30Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8405>>

MDIC (2009). *Complementaridade económica é prioridade para Brasil e Japão*. [em linha]. MDIC. 20Fev2009. [referência de 19Mar2009]. Disponível na internet em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=8896>>

MME (2009). *PROINFA. Energias renováveis no Brasil*. [em linha]. Ministério de Minas e Energia (MME). [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.mme.gov.br/programs_display.do?chn=904>

MRE (2009). *Ministério das Relações Exteriores (MRE)*. [em linha]. [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.mre.gov.br/>>

INDEX MUNDI (2009). *Brasil*. [em linha]. [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.indexmundi.com/pt/brasil/>>

EXPO MONEY (2007). *Investment Grade*. [em linha]. Expo Money. 10Jul2007. [referência de 17Jan2009]. Disponível na internet em: <http://www.expomoney.com.br/news_pop.asp?rreg=44&r1=44&r2=&r3=>>

NATIONMASTER (2009). *World Statistics, Country Comparisons*. [em linha]. [referência de 14Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.nationmaster.com/index.php>>

PBID (2008). *Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID)*. [em linha]. [referência de 10Dez2008]. Disponível na internet em: <<http://www.idbrasil.gov.br/>>

PNLT (2007). *Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT)*. [em linha]. Ministério dos Transportes. Projectos e Programas - 2007. [referência de 10Dez2008]. Disponível na internet em: <http://www.transportes.gov.br/PNLT/CD_RE/Index.htm>



RFB (2009). *República Federativa do Brasil (RFB)*. [em linha]. [referência de 04Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.brasil.gov.br/>>

GLOBAL SECURITY (2009). *Reliable security information*. [em linha]. [referência de 14Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.globalsecurity.org/index.html>>

TRADE NET (2009). *Indicadores económicos*. [em linha]. in Brazil Trade Net. [referência de 23Fev2009]. Disponível na internet em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx>>

UNASUL (2008). *União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)*. [em linha]. [referência de 22Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://www.uniondenacionessuramericanas.com/estructura/index.html>>

WORLDBANK (2008). *Migrando em busca da densidade económica: decisões racionais ou Sul Maravilha?* [em linha]. [referência de 10Jan2009]. Disponível na internet em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:22000153~menuPK:3817263~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:3817167,00.html>>

Bibliografia consultada

IESM (2007b). *Norma de execução permanente nº 218, Trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais. 3ª Edição*. Lisboa: Gradiva – Publicações, S.A.

Entrevistas

SOUZA, Celso (2009). Embaixador do Brasil em Portugal. [02 de Abril de 2009].

CERVO, Amado (2009). Professor da Universidade de Brasília. [20 de Maio de 2009].



Apêndice 1

Corpo de conceitos



Apêndice 1 – Corpo de conceitos

Actor proeminente

Tendo como “actor” a “unidade de acção” com capacidade para agir no “sistema de acção” a que pertence (Santos, 2007: 147), e o adjetivo “proeminente” como “notável, distinto ou importante” (Diciopédia, 2003), podemos aquilatar que este será toda a entidade com capacidade para intervir, influenciar e decidir nas relações internacionais, sendo a sua importância reconhecida pelos demais actores do SPI.

Afirmação

Esta é definida como “acção ou acto de afirmar” ou “confirmação” (Diciopédia, 2003). Assim entendemos esta como o acto de “ser reconhecido” ou “confirmado”.

Estado

De acordo com Cabral Couto (1987: 19), é uma sociedade organizada “de forma soberana num território bem definido”, gerida “por um governo” detentor do “monopólio da força física” e “destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que a compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns”.

Estratégia

É “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1987: 209).

Geopolítica

Para Philippe Defarges (2003: 133) é a disciplina que “interroga-se sobre o peso dos factores espaciais nas escolhas e relações políticas e, em sentido contrário, sobre o impacto destes elementos políticos na organização e controlo do espaço”.

A definição que adoptamos é a do IESM (2007a: 9), onde a Geopolítica é o “estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política”.

Geoestratégia

Para Alves é a “ciência que visa o estudo e a análise dos factores geográficos, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, com vista a determinar, para os governos, orientação de esforço ou sugestões que sirvam a sua estratégia” (IESM, 2007a: 61).



A definição adoptada neste trabalho é a do IESM (2007a: 11), onde a Geoestratégia é o “estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica”.

Instrumentos de poder

Dos três patamares do poder definidos por Pezarat Correia: o simbólico e anímico, o institucional e o instrumental; da “trilogia funcional do poder” de Jacques Attali: religioso, militar e económico (Correia, 2002: 68 e 70); da fórmula de Ray Cline, $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$, em que Pp é o poder percebido, C é a massa crítica da população e território, E e M as capacidades económica e militar, S os objectivos estratégicos e W a vontade de executar as estratégias nacionais (Correia, 2002: 85); e da classificação dos seus componentes em: naturais (posição geográfica e territorial, recursos naturais e população), sociopsicológicos (atitudes e expectativas da população, liderança, carisma) e sincréticos (capacidade industrial, científica, técnica, económica e militar) pelo Professor Adriano Moreira (1999: 226-231); podemos inferir que os instrumentos do poder se podem resumir em: factores estruturais (geografia, população, cultura e carácter nacional) e conjunturais (políticos, económicos e militares) (Almeida, 1994: 15).

Poder

Para Adriano Moreira citando Walter S. Jones (1999: 221), “o poder é o produto de recursos materiais (*tangible*) e imateriais (*intangible*) que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses”.

Na teoria realista de Cabral Couto (1987: 40) o poder está associado à “capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não-aceitação dessa vontade”.

A definição que se adoptou neste trabalho é a de Pascal Boniface (2008: 277), para quem o poder é “a capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade”.

Política económica

Definida como “a actuação dos poderes públicos em domínios económicos destinada à obtenção de resultados previamente escolhidos” (Amaral, 1996).



Política externa

Definida como “a arte de dirigir as relações de um Estado com outros”, ela comporta a diplomacia e insere-se nas suas relações internacionais (Diciopédia, 2003).

Política de defesa

Definida como o conjunto coerente de princípios, objectivos, directrizes e medidas “para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos sectores militar e civil, em todas as esferas do poder nacional”. Visa, essencialmente, as ameaças externas e está vertida num documento (PDN) de alto nível de planeamento (MD, 2009).

Hierarquia das potências

Atendendo à vontade e capacidade dos Estados em agir na cena internacional, além do poder que possuem e num período predefinido, é possível hierarquizá-los em:

Potência: Estado que exerce “um papel preponderante na cena internacional”;

Pequena potência: Estado que “pelas suas capacidades limitadas” é vulnerável “do ponto de vista da sua segurança” e que o procura reduzir “através de alianças” (Boniface, 2008: 281).

Potência média: “Estado sem capacidade de moldar o sistema, mas cujo tamanho, recursos e papel o incluem em qualquer cálculo de poder global ou regional”;

Potência emergente: “É uma potência média em ascensão” e um “Estado que tem a capacidade e a intenção de manobrar em direcção ao estatuto de grande potência”;

Grande potência: “Estado que detém tanto capacidades, como ambições de moldar o sistema” (Sahni, 2007: 33).

Superpotência: Estado que tem “a capacidade e o interesse em agir de modo universal”, sendo que “nenhuma questão importante de ordem internacional poderá ser resolvida sem o seu acordo”;

Potência regional: Estado que dispõe “de uma influência predominante nos problemas regionais”, faltando-lhe um ou mais dos “elementos essenciais” do poder (Boniface, 2008: 277-281).

Sistema Político Internacional

“Conjunto de centros interdependentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto, 1988: 19) e regido pelos princípios fundamentais da soberania, integridade territorial e igualdade legal dos Estados.



Apêndice 2

Quadro síntese



Apêndice 2 – Quadro síntese

FACTOR	POTENCIALIDADES	VULNERABILIDADES	DESAFIOS E OPORTUNIDADES
FÍSICO	<ul style="list-style-type: none">• Dimensão continental• Posição geográfica• Domínio do Atlântico Sul (extensão costeira)• Extensão da ZEE• Controlo de áreas estratégicas (Amazónia)• Maior bacia fluvial• Maior reserva de água doce	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de controlo do espaço de soberania• Número de fronteiras e extensão terrestre• Integração física do país	<ul style="list-style-type: none">• Vizinhos formação de blocos económicos• Aproveitamento sustentado Amazónia• Reforço da Defesa• Projecção Atlântico Sul
HUMANO	<ul style="list-style-type: none">• Quinto país mais populoso• Elevada PPC• População jovem• Maior país lusófono• Língua, religião e cultura como factores de coesão• Aumento esperança de vida• Nova classe média.	<ul style="list-style-type: none">• Assimetrias sociais• Pobreza• Elevado índice Gini• Baixa densidade populacional• Migrações reduziram condições de vida• População fixa no litoral• Analfabetismo e educação nos níveis inferiores.	<ul style="list-style-type: none">• População atinge massa crítica para projectar poder (200 milhões)• Crescimento sustentado• População em 2020 garante elevada produtividade.
RECURSOS NATURAIS	<ul style="list-style-type: none">• Dos maiores produtores agrícolas (café, soja, açúcar)• Líder sector agro-pecuário• Enormes recursos minerais (nióbio, ferro, urânio)• Auto-suficiente em energia (petróleo, etanol, biocombustíveis, hidroeléctrica e renováveis)• Grande biodiversidade	<ul style="list-style-type: none">• Agronegócio provoca insuficiência alimentar• A escassez de água poderá gerar conflitos.	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento tecnológico (nuclear, industrial)• Comércio exterior impulsionador da política externa• Reserva petrolífera servirá como contrapeso à OPEP.
CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Rede hidrográfica mais extensa do mundo• Transporte aéreo viável	<ul style="list-style-type: none">• Sistema rodoviário e ferroviário deteriorado• Construção naval em decadência.	<ul style="list-style-type: none">• Aproveitamento sistema hidroviário• Investir infra-estruturas PAC e o PNLT• Reactivação dos estaleiros navais
CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none">• Domínio das tecnologias espacial, aeronáutica, automóvel e nuclear• Crescimento das TI• Crescimento biotecnologia• Capacidade industrial.	<ul style="list-style-type: none">• Escasso investimento na IDB• Distribuição de jornais (cultura e informação)	<ul style="list-style-type: none">• Investir na IDB• Área software• Fármacos• Semicondutores
ESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura do governo organizada e democrática• Confiança no governo• Programas de desenvolvimento, inclusão social e de controlo da violência• 10ª economia mundial e maior sul-americana• Empresas globais• Diplomacia activa e influente• Influência do País nos organismos multilaterais• Maior autonomia (dívida FMI)• Potencial militar de dimensão regional• Participação missões de paz.	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de funções do Estado• Assimetrias Regionais• Casos de corrupção política• Violência e crime organizado• Evasão fiscal generalizada• Elevada carga fiscal.	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento do MERCOSUL• Em 2020 - potência económica e política?• Investimento nas FFAA potencia liderança regional• Lugar permanente no CS da ONU - reconhecimento internacional.



Apêndice 3

Entrevistas



Apêndice 3 – Entrevistas

Entrevista nº1

Realizada em 02 de Abril de 2009, ao Sr Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza, embaixador do Brasil em Portugal.

1. Tendo em conta os instrumentos de poder que contribuem para o Brasil se afirmar no mundo, quais as suas principais potencialidades e vulnerabilidades?

Nas suas potencialidades, o Brasil é dos poucos países no mundo que enriquece urânio e constrói turbinas a jacto. Com um submarino nuclear, o controlo da costa, da sua ZEE e a capacidade de dissuasão serão garantidas. A coesão nacional pela língua, motivada pela obrigatoriedade imposta pelo Marquês de Pombal, a estabilidade democrática e a paz com os seus dez vizinhos são também relevantes. Os programas federais como o “Bolsa Família” e o “Luz para Todos”, entre outros, têm melhorado a situação das assimetrias sociais no País. Desde 2004, 22 milhões de pessoas subiram de nível de vida, constituindo uma nova classe média. O Brasil possui enormes recursos naturais como a Amazónia, o Aquífero Guarani, que é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo, tem a sétima maior reserva de urânio. Uma das vulnerabilidades que o Brasil possui é na área educacional. O analfabetismo, que interfere com a capacidade tecnológica do País, tem sido combatido com a criação de escolas técnicas federais e a distribuição de livros didácticos (103 milhões em 2008). A má distribuição de renda (medida pelo coeficiente de Gini) agrava os problemas sociais já existentes.

2. No âmbito das relações internacionais e da hierarquia entre Estados, qual o papel e o lugar do Brasil na actual conjuntura? E a médio ou longo prazo?

Apesar de ter alguma reserva na utilização do termo, diria que o Brasil já é uma potência regional. A expressão do seu território e população, e a participação nos fóruns internacionais muito mais activa que os seus vizinhos capacitam-no como tal. O Brasil não tem problemas com os seus vizinhos, o que seria condicionante para a sua postura.

A postura estratégica do Brasil apoia-se na sua economia, na política externa e no garante e defesa da sua soberania, como nação independente e autónoma. O Brasil não tem bancos com problemas financeiros, o que lhe permitirá superar a actual crise financeira.

O Brasil deixou de ser o “eterno país do futuro”, como escreveu o austríaco Stefan Zweig. Ele é o país do presente.



3. Quais são as principais linhas de orientação em matéria de política económica brasileira, tendo em atenção a actual situação dos mercados mundiais?

O Brasil tem pago os seus empréstimos o que lhe permite ter condições de maior tranquilidade (financeira). O Brasil tem USD 200 000 milhões de reserva, tem bons níveis de comércio e apenas uma pequena dívida externa mas muito controlada. O Brasil pagou há 2 anos atrás 17 mil milhões de euros ao banco mundial. A dívida externa do Brasil é positiva, ou seja, ele é credor. E a dívida interna é muito controlada. Os fundamentos macros económicos do Brasil são muito sólidos. O comércio do Brasil está dividido por todo o mundo o que o torna mais independente, não sendo tão afectado pela crise.

4. Quais são as principais linhas de orientação em matéria de política externa e quais os actores do Sistema Político Internacional prioritários para o Brasil?

Na OMC o Brasil interpôs através do G-20 uma multipolaridade no comércio internacional. O objectivo era suprimir os subsídios dos EUA e da UE às exportações e derrubar as barreiras ao livre comércio. A ronda de Doha ficou num impasse até agora.

O Brasil tem uma forte posição no conselho de segurança da ONU. Através do G4 ele anseia legitimamente por um lugar permanente. As prioridades para o Brasil em termos de relações externas são: para os seus vizinhos, aos BRIC, ao IBAS, ao G4 e à UE.

5. Atendendo a que o Brasil deixe de ser a eterna potência em ascensão e se afirme como tal, em que contexto se enquadrará a sua participação na CPLP?

O projecto de reconstrução da Guiné é chefiado por uma embaixada brasileira; tem um programa de assistência a Moçambique, tem professores em Timor-leste, e vários programas em Angola. As relações de países com o mesmo idioma são completamente diferentes de países com outros idiomas, visto existir maior facilidade a nível linguístico.

Crescem as trocas entre Portugal e Brasil, mas muito mais de lá para cá, e há várias empresas brasileiras que tem representação em Portugal.

6. Perante a decisão de aumentar as suas FFAA e de utilizar a energia nuclear num amplo espectro de actividades, qual a reacção que é esperada ou que já ocorreu por parte dos EUA, pesando os seus interesses na região?

O Brasil reitera a sua posição como país pacífico e a favor da não-proliferação nuclear, e chama a atenção para a redução efectiva dos arsenais por parte das potências nucleares. O Brasil não se está a rearmar. As FFAA estão-se equipando para cumprir eficazmente as suas missões. O pouco investimento de governos anteriores causou algum incómodo à operacionalidade das forças. A reacção por parte dos EUA não será outra que não seja o de apoiar o Brasil nas suas decisões. A cooperação mútua nesta parceria estratégica, é saudável e assim continuará a ser.



Entrevista nº2

Realizada em 20 de Maio de 2009, ao Sr Professor Doutor Amado Luiz Cervo, da Universidade de Brasília.

1. Como é que o Brasil pretende utilizar a sua política económica para se afirmar como actor proeminente no actual contexto internacional e face à situação dos mercados mundiais?

De duas maneiras: primeiramente mantendo sua forte presença e influência nas organizações internacionais multilaterais, como OMC e Conferências especializadas. A finalidade é acabar com as barreiras ao livre comércio, já que o Brasil compete bem no comércio internacional, em todos os ramos dessa actividade, por ser uma potência industrial e agrícola. A liberalização do comércio reforçaria a posição económica internacional do Brasil. Segundo: há uma clara inclinação de parte do governo e das lideranças sociais em dar andamento ao impulso de internacionalização da economia brasileira, que alcançou a soma de USD 127 000 milhões em investimentos directos de empresas brasileiras no exterior, mais vinte bilhões em 2008. Esse fenómeno toma impulso por volta de 2005 e já situa o Brasil entre as quinze economias com maior volume de investimentos directos no exterior.

2. Como é que o Brasil pretende utilizar a sua política externa para se afirmar como actor proeminente no actual contexto internacional?

De três modos: a) mantendo sua tradicional presença, entre as mais numerosas do mundo, em todos os órgãos de negociação multilateral onde são tomadas as decisões relativas ao ordenamento global ou aos regimes internacionais; b) formando coligações e consensos para estabelecer nexos com países ou regiões que apresentem convergência de propósitos e assim influenciarem as negociações multilaterais com o fim de realizar interesses específicos ou para estabelecer mecanismos próprios de cooperação; c) mantendo sua campanha para um assento permanente no Conselho de Segurança.

3. No campo das relações exteriores, que actores são prioritários para o Brasil e em que contexto (áreas de actuação) essas relações se apoiam?

Todos são. O lugar do Brasil é o mundo, não mais o Ocidente ou a América do Sul, por exemplo. Como país universalista tradicional e global recente, o país não exclui nem selecciona. As prioridades são estabelecidas proporcionalmente ao retorno calculado do benefício. Nisso consiste o pragmatismo da política exterior.

